

IAOD da Deputada Lei Cheng I em 19.05.2025

Optimização e continuação da promoção de diferentes tipos de benefícios de consumo e impulsionamento de actividades de consumo, com vista a “dinamizar” a economia comunitária

No novo Relatório das LAG, o Governo refere que vai adoptar medidas para reforçar a “vitalidade” da economia comunitária, promover o desenvolvimento qualitativo das pequenas e médias empresas (PME) e dos estabelecimentos comerciais, impulsionar o turismo e estimular o consumo, etc., e a sociedade deposita grande esperança no Governo quanto à promoção do desenvolvimento económico. Espera-se que sejam implementadas mais medidas para dinamizar a economia.

1. Desenvolver e otimizar actividades de promoção do consumo nos diversos bairros comunitários. A presente edição do “Grande Prémio para o Consumo nas Zonas Comunitárias 2025”, bem como a realização de diversas actividades turísticas e de projectos nas zonas comunitárias serviram para atrair turistas e impulsionar o consumo. O referido plano de estímulo de consumo vai terminar daqui a dez dias. De acordo com os dados do Governo, até ao dia 4 de Maio, foram distribuídos um total de 180 milhões de patacas em benefícios electrónicos, o que, em conjunto com o valor total de consumo em Macau, ronda os 640 milhões de patacas, isto é, o plano surtiu certo efeito impulsionador. A sociedade espera que as autoridades procedam a uma avaliação sobre os resultados das referidas actividades e optimizem as mesmas, por exemplo, prolongando o período de utilização dos benefícios, revejam a situação de utilização de benefícios por parte dos idosos, entre outros aspectos, a fim de aliviar a pressão dos residentes decorrentes das despesas quotidianas, atrair o fluxo de pessoas, reforçar a “vitalidade” dos bairros comunitários e estimular o consumo.

2. Reforçar os trabalhos de revitalização dos bairros antigos, incentivando a participação das pequenas e médias empresas (PME) e dos residentes, melhorando, desse modo, o ambiente e as instalações complementares dos bairros antigos. O Governo lançou o plano de revitalização de seis grandes zonas e criou zonas com características próprias e atraentes, e um ponto muito importante é a cooperação com as seis grandes empresas de turismo e lazer, que consiste na ideia de “as grandes empresas puxam o desenvolvimento das pequenas empresas” e da injeção de prosperidade nas zonas, e de apoiar a participação das pequenas e médias empresas (PME) no desenvolvimento dessas zonas. Desde o lançamento do referido plano, essas empresas têm investido muitos recursos na promoção dos projectos, alguns dos quais já entraram em funcionamento há algum tempo, e o andamento de outros, devido às limitações ambientais e de condições, por exemplo, a necessidade de remodelação das instalações físicas ou de ajustamento do trânsito nas proximidades, é lento, o que implica a variação dos resultados.

Recentemente, o Governo afirmou que os trabalhos de revitalização das seis grandes zonas iam ser liderados pelo Secretário para a Economia e Finanças, e que ia promover a transformação destas zonas num “círculo comercial comunitário”. Assim, sugiro uma

avaliação periódica sobre a eficácia dos planos de revitalização das diversas zonas, incluindo o efeito de incrementar o fluxo de pessoas, o desenvolvimento das PME e outros aspectos. Mais, o Governo deve comunicar mais com as empresas participantes no plano de revitalização, para ajustar oportunamente os projectos e as actividades, e adaptá-lo melhor às necessidades do mercado e à situação real das diversas zonas, e com isso reforçar o efeito de atracção e interacção entre as zonas e os lojistas. Deve ainda maximizar a cooperação interdepartamental, para resolver e apoiar as empresas a resolver os problemas relacionados com a insuficiência de *hardware* e de instalações complementares, e com as inconveniências relacionadas com o trânsito e a questão do licenciamento, a fim de melhor desenvolver as actividades comunitárias.

3. Reforçar os efeitos sinérgicos entre as actividades de grande envergadura e a comunidade. A construção da “Cidade do espectáculo” e o desenvolvimento das indústrias culturais e desportivas contribuem para atrair o fluxo de pessoas e dinamizar a economia. Actualmente, os locais para a realização dos espectáculos de grande envergadura concentram-se, na sua maioria, na zona do Cotai, por questões de espaço e ruído. Sugiro que, aquando da realização de actividades desportivas, concertos e actividades artísticas e culturais de grande envergadura, sejam reforçados os elementos de interacção comunitária e a sua divulgação, por exemplo, tomar como referência a marca das personagens de desenhos animados de outras regiões, realizar ao mesmo tempo outras actividades comunitárias, tais como *workshops*, e promover junto das PME a venda de produtos em pacotes, conjugando, de diferentes formas, a história, a cultura e as feiras nocturnas, entre outras actividades, e promovendo uma maior cooperação entre as empresas de lazer e as PME, com vista a atrair mais visitantes a consumirem nos bairros comunitários.

Mais, o Governo deve tomar a iniciativa ou incentivar as empresas de lazer e os organizadores dos grandes eventos a lançarem mais ofertas para activar a economia comunitária, ou seja, as empresas de lazer, os operadores do sector do turismo e as PME podem lançar descontos nos consumos efectuados nos bairros comunitários ou incentivar os espectadores das actividades culturais e desportivas a participarem noutras actividades, para prolongar a estada dos visitantes, aumentar o fluxo de pessoas e dinamizar a economia comunitária.

Espero que o Governo implemente mais medidas para promover a economia e o bem-estar da população, lidere a sociedade no desenvolvimento de diversas actividades turísticas e projectos comunitários, e optimize as instalações complementares dos bairros comunitários, para que isso possa demonstrar, gradualmente, as características do desenvolvimento diversificado de Macau, desempenhando um papel mais activo na dinamização da economia comunitária.

IAOD do Deputado Leong Sun Iok em 19.05.2025

Acelerar a promoção da diversificação adequada da economia e empenhar-se na elevação da qualidade de emprego dos residentes

O Director do Gabinete para os Assuntos de Hong Kong e Macau do Conselho de Estado, Xia Baolong, concluiu uma visita de seis dias a Macau, durante a qual se reuniu com os órgãos executivo, legislativo e judicial e os sectores sociais, para se inteirar da situação socioeconómica e do futuro desenvolvimento de Macau, e deu instruções importantes. Entretanto, o Chefe do Executivo apresentou o rumo dos trabalhos a seguir em sete áreas. Primeiro, gostaria de agradecer ao Governo Central por estar sempre atento ao desenvolvimento de Macau, mesmo face a uma conjuntura externa complexa e severa, e por ter incentivado a sociedade a fazer bem o seu trabalho e a empenhar-se, em conjunto, em abrir um novo capítulo do princípio “Um país, dois sistemas”, para que Macau, enquanto “pérola na palma da mão”, venha a luzir de forma mais resplendente.

O Director Xia atribuiu grande importância ao progresso da diversificação adequada da economia de Macau. Com as mudanças económicas e as influências externas, o sector do jogo enfrenta certos desafios e, para resolver os desafios que Macau enfrenta, há que impulsionar, com firmeza, a referida diversificação. Mas deparamo-nos, na prática, com muitas dificuldades, por exemplo, os recursos são limitados; o *software* e o *hardware* compatíveis com o desenvolvimento das indústrias são insuficientes; as condições de negócio, as políticas públicas, as infra-estruturas sociais e o desenvolvimento de quadros qualificados não conseguem acompanhar o ritmo do desenvolvimento económico, portanto, muitas indústrias emergentes estão ainda na fase inicial do desenvolvimento, não sendo possível formar um verdadeiro pilar para a diversificação económica.

Para promover a diversificação adequada da economia, sugiro o seguinte:

1. O Governo deve ser pragmático e inovador, para, através da investigação científica e conforme as suas próprias vantagens, encontrar o caminho adequado; deve ainda definir políticas e medidas e aproveitar as vantagens da Zona de Cooperação, para captar investimentos. Mais, o desenvolvimento de Macau é lento e não consegue acompanhar o do País, portanto, o Governo deve acelerar o ritmo, elevar a capacidade, intensificar a reforma jurídica e administrativa, o planeamento de terras, as infra-estruturas sociais e a formação de quadros, com vista à criação de condições para a diversificação adequada da economia.

2. Lançar mais medidas para a revitalização da economia. As micro, pequenas e médias empresas enfrentam dificuldades de exploração, o que afecta a confiança das empresas no desenvolvimento. Por um lado, é necessário incentivar a valorização das empresas, otimizar a relação entre a oferta e a procura do mercado, e elaborar mais medidas para a revitalização da economia, para estimular a economia interna. Por outro, há que aproveitar as vantagens únicas da indústria de lazer integrada e os projectos de investimento não-jogo, para apoiar o desenvolvimento das indústrias diversificadas em Macau e o dos diversos sectores através da assunção das responsabilidades sociais e do investimento dos recursos por parte das operadoras do jogo.

3. Macau encontra-se numa fase de ajustamento da estrutura económica, o ambiente de emprego sofreu alterações e as dificuldades de emprego dos jovens e das pessoas de meia-idade passaram a ser um foco de atenção da sociedade, por isso, o Governo deve conhecer bem as insuficiências e dificuldades dos residentes e adoptar medidas específicas para as resolver, bem como os conflitos sociais. Mais, o desenvolvimento de alta qualidade não pode ser separado da mão-de-obra de alta qualidade. No ponto-chave da transformação económica, é necessário reforçar a construção das plataformas de formação de talentos, para apoiar os residentes a adaptarem-se às mudanças do mercado, e orientar e incentivar os jovens a dedicarem-se aos sectores tecnológicos e com perspectivas de desenvolvimento. No Relatório das LAG para este ano, refere-se, claramente, que vai ser estudada a criação de uma plataforma abrangente de formação profissional, por isso, espero que os respectivos trabalhos de pormenor sejam bem desenvolvidos e que sejam resolvidas as discrepâncias ocultas entre os “dados sobre o emprego” e o “sentimento de realização no trabalho”, promovendo o emprego de alta qualidade.

Por fim, face às mudanças conjunturais, é possível que a população tenha sentimentos negativos, provocando problemas de saúde psicológica. Assim, espero que o Governo reforce o carinho e os cuidados dados à sociedade, dê importância à saúde física e mental da população, e a sociedade, por sua vez, precisa de injectar mais energia positiva, reduzir sentimentos negativos e orientar-se positivamente, para criar uma atitude positiva na vida, aprender a lidar com os desafios e emoções pessoais com pensamento e método positivos, e reforçar a capacidade de resiliência, para promover a sua saúde psicológica.

IAOD do Deputado Lei Chan U em 19.05.2025**Acelerar a diversificação adequada da economia e reforçar a formação profissional para elevar a qualidade do emprego dos residentes**

Macau depende há muito tempo dos sectores do jogo e do turismo, e a estrutura económica é monolítica. Nos últimos anos, o Governo tem-se empenhado na promoção da diversificação adequada da economia, no desenvolvimento de novas indústrias e na promoção da valorização e reconversão das indústrias tradicionais, mas o desenvolvimento das novas indústrias exige tempo e, após a epidemia, a economia têm-se desenvolvido de forma desequilibrada, destacando-se o problema do desemprego estrutural, especialmente o problema do desemprego dos jovens. Segundo o Governo, o insucesso de emparelhamento de emprego de alguns jovens, deve-se à diferença entre o posto de trabalho ideal e as necessidades do mercado de trabalho. Mais, com o progresso tecnológico, especialmente com o rápido desenvolvimento da inteligência artificial e das tecnologias digitais, muitas pessoas com baixa qualificação profissional não têm capacidade de transformação e não conseguem adaptar-se às exigências das novas indústrias, o que agrava ainda mais o problema do desemprego estrutural.

No relatório sobre a “Criação de um novo sistema de competências e aprendizagem ao longo da vida para fazer face ao futuro do mundo laboral”, a Organização Internacional do Trabalho (OIT) afirma que “em todas as fases da vida, a formação, a reconversão e a actualização de competências são pré-requisitos e aceleradores do acesso das pessoas a oportunidades de trabalho digno, facilitando uma transição harmoniosa para o mercado de trabalho”. No Relatório das LAG, refere-se a criação, por iniciativa do Governo e em colaboração com instituições de ensino superior, associações cívicas e empresas, de uma plataforma integrada de formação profissional para oferta de formação *online* e *offline*, com vários cursos de formação, para responder a diferentes necessidades, grupos etários e habilitações literárias, em prol do apoio às pessoas, para resolver, quanto antes, as questões de mudança de emprego e de promoção na carreira. Tal abordagem é importante para melhorar a qualidade do emprego dos residentes. Se esta plataforma puder coordenar eficazmente as diversas partes e os diferentes recursos sociais, ajudará a lançar programas especiais de formação de competências em resposta à procura de competências específicas em sectores específicos, a satisfazer a procura urgente de determinadas competências no mercado de trabalho e a melhorar a formação profissional, ao nível sistemático, específico e eficaz, o que ajudará a melhorar as competências dos residentes e a aumentar a sua competitividade no emprego, e também a impulsionar a promoção na carreira dos trabalhadores. Espero que o Governo crie, quanto antes e em colaboração com as várias partes interessadas da comunidade, esta plataforma e, ao mesmo tempo, avalie e optimize os diplomas legais pertinentes sobre formação profissional, de modo a resolver o problema do desemprego estrutural.

O emprego é a base do bem-estar e a fonte de rendimento da população. Nos últimos anos, cerca de 60 por cento dos finalistas do ensino secundário optaram por prosseguir estudos em áreas relacionadas com as indústrias “1+4”, havendo uma tendência estável do crescimento desta proporção. O desenvolvimento das indústrias emergentes leva tempo, o

que poderá afectar as oportunidades de emprego dos jovens nestas áreas. O Governo deve acelerar o desenvolvimento da diversificação adequada da economia e criar mais postos de trabalho para os residentes nas indústrias emergentes, especialmente para os jovens. Durante a sua recente visita, o Director Xia Baolong afirmou ser necessário unir esforços para acelerar o desenvolvimento da diversificação adequada da economia, promover a construção da Zona de Cooperação Aprofundada e tratar o desenvolvimento de Hengqin como um assunto próprio de Macau. Espera-se que os serviços públicos implementem, plenamente e com toda a seriedade, o espírito das palavras do Presidente Xi Jinping, desempenhem, proactivamente, as funções do “Grupo de Liderança para a Promoção da Construção da Zona de Cooperação Aprofundada entre Guangdong e Macau em Hengqin”, reforcem a coordenação na construção da Zona e promovam, de forma mais proactiva, o seu desenvolvimento, fomentando a diversificação adequada da economia. Desta forma, enquanto se aumenta a resiliência económica de Macau, poderão também ser proporcionadas aos residentes mais oportunidades de emprego com perspectivas de desenvolvimento, promovendo-se um emprego de alta qualidade para a população.

IAOD do Deputado Lam Lon Wai em 19.05.2025

Unir-se para promover, em conjunto, a prosperidade e o desenvolvimento de Macau

O director do Gabinete de Trabalho de Hong Kong e Macau do Comité Central do Partido Comunista da China, Xia Baolong, acabou a sua visita de seis dias a Macau, e deu instruções e manifestou expectativas importantes em prol do seu desenvolvimento. No futuro, todos os sectores da sociedade de Macau devem responder às expectativas pertinentes com unidade e solidariedade, e promover activamente o desenvolvimento da diversificação adequada da economia.

Durante a sua visita, o director Xia apresentou quatro exigências para Macau, nomeadamente, incentivar o espírito de luta, fomentar a confiança no desenvolvimento, tirar partido das próprias vantagens e divulgar a história de Hong Kong, de Macau e do País. Manifestou grande preocupação com o desenvolvimento da diversificação adequada da economia de Macau e a construção da Zona de Cooperação Aprofundada entre Guangdong e Macau em Hengqin, o que demonstra que esta última é de grande importância para o desenvolvimento da diversificação adequada da economia de Macau e essencial para promover o seu desenvolvimento económico. A promoção do desenvolvimento de Hengqin pelo Governo Central visa alargar o espaço em prol do desenvolvimento da diversificação adequada da economia de Macau. A construção da RAEM e o desenvolvimento do País é uma tarefa importante para todos nós, e Macau deve promover o seu desenvolvimento para que possa ser integrado, quanto antes, no planeamento económico global.

Neste momento em que a conjuntura internacional é complexa e inconstante, Macau tem de estar preparado para as adversidades, aproveitando as oportunidades e vantagens políticas da construção da Zona de Cooperação Aprofundada em Hengqin para acelerar o desenvolvimento da diversificação adequada da economia; deve continuar a fazer um bom trabalho de articulação com os padrões internacionais, e apoiar as empresas locais a expandirem-se para o exterior e a elevarem a sua competitividade internacional; deve mesmo aproveitar ao máximo as vantagens da combinação de um Governo eficaz e um mercado eficiente sob o princípio de “Um País, Dois Sistemas”, para promover a optimização da estrutura industrial. Acredito que, desde que se concretizem as políticas e o desenvolvimento da Zona de Cooperação Aprofundada e se ultrapassem as barreiras institucionais, é possível cultivar boas indústrias emergentes, como as finanças modernas, a macrossaúde, a aplicação de novas tecnologias inteligentes, entre outras.

No processo de promoção do desenvolvimento da diversificação adequada da economia de Macau, o Governo tem agido de forma activa e prestado grande apoio em vários aspectos. As autoridades deram grande importância ao apoio às PME das zonas comunitárias e criaram não só entidades e fundos especializados, como também prestaram apoio concreto ao nível financeiro, técnico e de consultadoria, incentivando-as a desenvolver a tradição de “amar a Pátria e amar Macau” e a apresentar activamente as suas opiniões e sugestões, contribuindo para a diversificação da economia de Macau.

Com esta boa base, no futuro, devemos continuar a agir activamente, devendo todos os sectores responder rapidamente e avançar em conjunto. O destino de Macau está intimamente ligado ao da Pátria; o futuro dos indivíduos e das empresas está intimamente ligado ao do País e da Nação. Só caminhando de mãos dadas, unindo forças, promovendo a integração Hengqin-Macau e potenciando as vantagens de cooperação e sinergia entre Guangdong e Macau, é que será possível melhorar a qualidade de vida da população e criar uma nova conjuntura para o desenvolvimento de Macau, contribuindo para a prosperidade e estabilidade do País!

IAOD do Deputado Chui Sai Peng Jose em 19.05.2025

Apoiar as PME e promover o crescimento económico

Nos últimos anos, a economia privada tem desempenhado um papel importante na promoção do desenvolvimento económico, emprego, inovação tecnológica e qualidade de vida da população da China. O País tem dado grande importância ao desenvolvimento da economia privada, lançando sinais políticos positivos. Em Fevereiro deste ano, o Presidente Xi Jinping, durante um encontro com empresas privadas, salientou que apoia sempre as empresas privadas e que a economia privada possui grandes perspectivas de desenvolvimento, reiterando que a promoção e o fortalecimento desta é uma estratégia de longo prazo, em vez de uma solução temporária. Estas palavras trazem confiança às empresas, e fazem sentir a elevada atenção e o apoio do Governo Central às empresas privadas.

As micro, pequenas e médias empresas representam mais de 90 por cento do número total de empresas em Macau, e a sua população empregada representa mais de 40 por cento da população activa total. As mesmas não são só uma componente importante da economia local, mas também um pilar fundamental para a estabilização do emprego. Os relatórios das LAG dos governos da RAEM, na área da Economia, têm-se centrado no apoio a essas empresas e na colaboração entre os diversos serviços públicos e as associações cívicas para promover o seu desenvolvimento de qualidade. Por exemplo, a “Plataforma para Empresas e Associações” foi lançada no ano passado para facilitar a prestação de serviços públicos electrónicos às empresas, e os serviços competentes lançaram diversos planos de apoio, incluindo o Plano de Apoio a Pequenas e Médias Empresas e a “Bonificação de Juros de Créditos para Financiamento Empresarial”. Durante a epidemia, o Governo apoiou a implementação, pelo sector bancário, do plano de “pagamento de juros apenas com suspensão da amortização do respectivo capital” que se destina às PME. Também colaborou com as associações cívicas para organizar actividades como o “Plano piloto de valorização inteligente do sector de restauração de Macau”, para ajudar as micro, pequenas e médias empresas a adaptar-se ao rumo do desenvolvimento económico e a alcançar a transformação e a modernização.

A economia de Macau está a recuperar gradualmente, mas os sectores não turísticos e os estabelecimentos comerciais nos bairros comunitários continuam a enfrentar dificuldades consideráveis, com desafios como a instabilidade da procura do mercado, o aumento dos custos de exploração e a tendência de consumo no exterior. A implementação de medidas de incentivo ao consumo é apenas uma solução de curto prazo. A longo prazo, o Governo deve desempenhar um papel de “orientação”, permitindo que as empresas locais definam claramente o seu rumo de desenvolvimento e encontrem o seu posicionamento face às mudanças do mercado. Assim, para além das políticas de apoio a curto prazo, o Governo deve desempenhar um papel mais proactivo na optimização do ambiente de negócios e na orientação da reconversão e modernização das empresas, criando um espaço de desenvolvimento mais estável para as micro, pequenas e médias empresas.

Assim, apresento as seguintes sugestões:

1. Planos de curto prazo: espero que os serviços competentes possam conjugar a capacidade de governação com a optimização do ambiente de negócios, acelerar a simplificação e a facilitação dos procedimentos administrativos de apreciação e autorização, e elevar o nível de aplicação em geral do governo electrónico. Propõe-se a integração de mais serviços públicos na “Plataforma para Empresas e Associações”, para elevar a integridade do seu funcionamento interdepartamental e aumentar a eficiência dos trabalhos, para mais empresas poderem beneficiar das facilidades do governo electrónico e criar um ambiente de negócios mais amigável.

2. Espera-se que, a longo prazo, o Governo assuma um papel orientador no apoio à valorização e reconversão das micro, pequenas e médias empresas. Sugere-se que o Governo proporcione instruções e garantias mais fortes, e crie um órgão consultivo especializado para a valorização industrial, para disponibilizar às empresas que optem por um “novo circuito” informações sobre o mercado e às que se mantenham no “circuito tradicional”, apoio técnico e sugestões de optimização de gestão, permitindo-lhes um rumo mais claro de reconversão e a redução de custos de tentativa e erro. Quanto às indústrias tradicionais, o Governo pode definir políticas mais específicas e continuar a promover, por exemplo, os planos destinados ao *upgrade* e à continuidade das lojas antigas, com vista à digitalização e à continuidade das lojas antigas com valor histórico, elevando a sua competitividade.

3. Em termos de regimes jurídicos, espera-se que o Governo tome como referência a Lei de promoção da economia privada, promulgada recentemente pelo Governo Central, e estude a elaboração da “Lei de promoção das micro, pequenas e médias empresas”, em prol da conjugação de um mercado eficaz com um governo eficaz.

IAOD do Deputado Ip Sio Kai em 19.05.2025

A “economia de bilhetes” atrai com precisão o fluxo de pessoas e impulsiona o desenvolvimento económico dos bairros comunitários

Segundo os índices sobre o ambiente económico de Macau, divulgados no passado dia 14, os indicadores económicos continuam a mostrar desequilíbrio. Actualmente, Macau está a enfrentar o desafio do aumento do número de visitantes e da redução do consumo. A estrutura do consumo global dos visitantes está a mudar, incluindo o conceito, o grupo de clientes e o modelo de consumo. Para além disso, depois da semana dourada do 1.º de Maio, Junho e Julho são a época baixa do turismo antes das férias de Verão, e a confiança no consumo é baixa, o que deixa as micro, pequenas e médias empresas das zonas não turísticas muito preocupadas.

Recentemente, a “economia de bilhetes” passou a ser muito popular no Interior da China, e em vários locais foram lançados produtos e serviços relacionados com os seus próprios recursos culturais e turísticos, como pacotes de bilhetes, descontos e benefícios, promovendo o desenvolvimento integrado da cultura, do desporto, do comércio e do turismo. Por exemplo, os visitantes com bilhetes para concertos, espectáculos e transporte podem usufruir de benefícios em diferentes áreas, incluindo descontos em bilhetes para pontos turísticos, preços especiais para alojamento e restauração, ofertas nas lojas, etc., reforçando o efeito de “bilhetes +” e interligando diferentes cenários, formando o efeito “ $1 + 1 > 2$ ”, que a par da expansão da experiência de consumo cultural e turístico, contribui para injectar uma nova vitalidade no consumo e atrair mais visitantes para determinados bairros comunitários e zonas turísticas não tradicionais.

Nos últimos meses, foram realizados em Macau vários grandes concertos cujos resultados merecem a nossa atenção. Muitos turistas vêm propositadamente para assistir a espectáculos, mas hoje em dia os jovens preferem “turismo rápido”, ou seja, entram e saem de Macau praticamente num dia. Segundo alguns lojistas, não faltam, em Macau, turistas, mas o problema é que eles não se deslocam aos bairros comunitários, portanto, é necessário orientá-los para irem dos recintos de concertos para os bairros comunitários, a fim de desenvolver as funções destes de atrair turistas e de impulsionar o consumo.

Assim, sugiro o seguinte:

1. O desenvolvimento vigoroso da “economia dos bilhetes” mostra a sua vitalidade. Assim, sugiro que as autoridades tomem como referência a experiência das cidades do Interior da China e lancem “benefícios com os

bilhetes de concertos”, isto é, as pessoas com estes bilhetes podem usufruir de descontos ou benefícios em determinadas lojas, recintos culturais e exposições das zonas comunitárias, durante o período indicado. Mais, é necessário criar ligações de transporte entre os recintos onde se realizam os espectáculos e os bairros comunitários, para facilitar a deslocação dos turistas a esses bairros, por forma a interligar os diferentes cenários de consumo, desenvolver a economia comunitária, melhorar o ambiente comercial e estabilizar a confiança das PME.

2. A “economia de bilhetes” funciona em sinergia, combinando e transformando os cenários de consumo, uns diferentes dos outros, numa “cadeia”, o que significa que o consumo não é uma “transacção única”, mas sim uma “reacção em cadeia” em que tudo está interligado. Sugiro o seguinte: os serviços competentes devem, em conjugação com os actuais festivais e feiras realizadas nos bairros comunitários, incentivar os lojistas das zonas habitacionais a tomarem a iniciativa de colaborar, lançando descontos por tempo determinado ou produtos em parceria durante a realização dos espectáculos, para alargar o tema dos espectáculos que traz vantagens conjuntas de complementaridade temática e de recursos entre os diferentes bairros da cidade, para melhorar a experiência dos visitantes, prolongar a sua estadia e promover o consumo nos bairros comunitários.

3. Incentivar as operadoras de jogo a colaborarem com as associações cívicas e entidades culturais e criativas, para a realização, antes dos espectáculos e nas zonas não turísticas, de actividades como pontos de *check-in* para fãs, eventos *pop-up* temáticos, etc., para aproveitar, *a priori*, o entusiasmo próprio dos concertos nos bairros comunitários. Com um bilhete, é possível atrair, com precisão, o fluxo de turistas, para estes deixarem de sair de Macau a correr e passarem a ser um grupo de clientes com objectivos claros de consumo, impulsionando assim o consumo nos sectores da restauração, alojamento, venda a retalho, etc., e gerando maiores rendimentos.

IAOD do Deputado Ma Chi Seng em 19.05.2025

A união pelo amor à Pátria e um novo capítulo do desenvolvimento de Macau

O Director do Gabinete de Trabalho de Hong Kong e Macau do Comité Central do Partido Comunista da China e director do Gabinete para os Assuntos de Hong Kong e Macau junto do Conselho de Estado, Xia Baolong, deslocou-se, há dias, a Macau com o propósito de “caminhar pelas ruas, ouvir as opiniões da população e conhecer a realidade” e orientar a prática de “Um País, Dois Sistemas”. Os importantes discursos proferidos pelo Director Xia, durante a sua visita, reflectem a grande importância dada pelo Governo Central à RAEM e injectam uma nova dinâmica e energia no futuro desenvolvimento de Macau.

Quanto à implementação das instruções dadas pelo Director Xia, durante a sua estadia em Macau, apresento as seguintes três sugestões:

Primeiro, implementar o princípio de “Macau governado por patriotas” e melhorar as relações entre o poder executivo e o poder legislativo. O desenvolvimento das vantagens institucionais do regime da liderança administrativa e a interacção entre o poder executivo e o poder legislativo são factores-chave para o sucesso da prática de “Um país, Dois sistemas”. No futuro, devemos estar preparados para as adversidades, continuar a melhorar os diplomas complementares relativos à defesa da segurança do Estado e rever a respectiva legislação, para dar garantias legais à diversificação adequada da economia, eliminar os obstáculos institucionais à “integração Macau-Hengqin” e reforçar a governação com base nas leis da RAEM.

Segundo, tomar a iniciativa de integração no desenvolvimento nacional e acelerar a construção da Zona de Cooperação Aprofundada. A integração na conjuntura do desenvolvimento nacional é uma obrigação de servir o País e também uma oportunidade de desenvolvimento para Macau. No futuro, as estratégias de desenvolvimento de Macau devem seguir o lema “Um Centro, Uma Plataforma, Uma Base” e “Macau + Hengqin” e, de acordo com as linhas de acção governativa do Governo da RAEM, há que promover a estratégia de “ir para o Norte, descer para o Sul, entrar para o Oeste e expandir para o Leste”, bem como aproveitar plenamente os mercados interno e externo para alcançar um desenvolvimento de alto nível.

Terceiro, enraizar firmemente Hong Kong e Macau e caminhar com a Pátria. O sentimento patriótico dos empresários de Macau constitui “uma nota de rodapé viva” para a concretização do princípio “um país, dois sistemas”. A prosperidade económica de Macau está relacionada com a Pátria e os empresários de Macau sempre tiveram laços de “sangue” com a Pátria. Perante a complexa e instável conjuntura internacional, o sector industrial e comercial de Macau deve defender firmemente os interesses nacionais com um espírito de “resolver todas as dificuldades duras” e demonstrar o seu patriotismo, transformando o sentimento patriótico numa forte força motriz para promover o desenvolvimento de Macau.

Perante o “exame” da nova era, Macau precisa de ter a ideia de que “as medalhas” nem sempre são para mim, mas o “sucesso adquirido” conta sempre com a minha participação,

e de transformar o apoio do Governo Central em resultados práticos de desenvolvimento, para que Macau, enquanto “pérola” do País, “brilhe” ainda mais, iluminando um novo capítulo de prosperidade com base no princípio “Um País, Dois Sistemas”.

IAOD do Deputado Lam U Tou em 19.05.2025

Apelo sobre a criação de mecanismos para encarar seriamente as questões de saúde mental e de suicídio em Macau

Recentemente, registaram-se vários casos de suicídio e de tentativa de suicídio em Macau, o que despertou a atenção da sociedade para a pressão psicológica e a saúde física e mental dos residentes. Segundo algumas vozes, se a economia e a sociedade de Macau continuarem numa situação adversa, é provável que o problema do suicídio passe a ser mais agrave. Segundo os dados divulgados pelo Secretário para a Segurança, em 2024, houve 91 casos de suicídio, com a sua taxa a atingir 13,6 por cada 100 mil pessoas, um valor significativamente superior à média internacional de cerca de 9 a 10 pessoas, e a taxa de suicídio em Macau aumentou 44 por cento no espaço de 10 anos, em comparação com os 9,4 casos registados em 2015. A situação dos jovens também merece a nossa atenção. No ano passado, registaram-se 4 casos de suicídio entre os 5 e os 14 anos, mais do que um caso pela primeira vez nos últimos 10 anos, e 9 casos entre os 15 e os 24 anos, sendo este o maior número verificado nos últimos 10 anos. Isto demonstra que é premente dar atenção e lidar com o problema do suicídio em Macau!

Mais, o número de tentativas de suicídio mantém-se elevado. No ano passado, houve 249 casos de tentativa de suicídio, um aumento de 1,5 vezes em comparação com o ano de 2015. Nos últimos cinco anos, os casos de tentativa de suicídio nas faixas etárias entre os 5 e os 24 anos aumentaram, em média, para 40 por cento (entre 2015 e 2019, a média era de 20 por cento). Através destes dois blocos de dados, é possível verificar que, quanto aos casos de suicídio e de tentativa de suicídio em Macau, as pessoas são cada vez mais jovens.

A sociedade deve dar atenção ao problema do suicídio, e estudar e analisar as suas causas e tendências, mas as informações divulgadas actualmente pelo Governo são limitadas. Por exemplo, os números das mortes por suicídio divulgados pelos Serviços de Saúde (SS) são trimestrais e através de notas de imprensa, com dados classificados segundo o sexo, se é residente de Macau e as idades, portanto, como esses dados não são completos, não é possível efectuar uma análise e comparação, e a sociedade também não consegue discutir mais aprofundada e racionalmente este tema. É de salientar que eu até compreendo que o suicídio e o problema da depressão sejam contagiosos, mas este é um pretexto que os serviços competentes têm utilizado nos últimos anos para não encarar o problema!

Mais, os suicídios e as tentativas de suicídio tendem a acontecer cada vez mais em pessoas jovens, mas a sociedade não sabe qual é a idade concreta e as causas efectivas, porque, segundo os números divulgados pelo Governo, a idade varia entre os 5 e os 14 anos, e entre os 15 e os 24 anos, portanto, não há forma de saber o que se passa com os menores. No passado, mesmo quando os órgãos de comunicação social insistiam, a polícia recusava-se a divulgar as informações mais básicas, alegando a privacidade das pessoas falecidas. Mais, a DSEDJ nunca responde às questões relacionadas com o suicídio de um aluno, ou seja, simplesmente não as divulga. Por outro lado, segundo algumas pessoas da área da Psicologia, nos anteriores relatórios dos SS sobre o “Inquérito sobre o Comportamento da

Saúde dos Alunos do Ensino Secundário de Macau”, estavam incluídos os dados relativos aos actos de automutilação dos alunos do ensino secundário, mas no recente relatório esses dados foram eliminados. A falta de transparência dificulta a análise da sociedade sobre a saúde psicológica dos alunos.

Há dias, durante o debate das LAG da área dos Assuntos Sociais e Cultura, a Secretária respondeu, sobre a saúde mental e a taxa de suicídio, que a saúde física e mental não é uma questão dos cuidados de saúde, e esperava que as pessoas valorizassem o papel da cultura e do desporto. Estas palavras geraram muita discussão na sociedade, o que demonstra divergência entre o Governo e a população. O Governo tem toda a razão ao dizer que “mais vale prevenir do que remediar”, mas os residentes estão mais atentos ao apoio atempado e a medidas efectivas do Governo para as pessoas com perturbações emocionais. Alguns professores, funcionários de escola, assistentes sociais, médicos e enfermeiros da linha da frente e trabalhadores das forças de segurança disseram-me que o número de suicídios com que lidaram nos últimos anos aumentou muito, e é cada vez mais comum haver jovens com problemas de saúde mental e *stress*. Como os jovens são facilmente influenciados pelos amigos, houve tentativas de suicídio colectivo e repetição de tentativas de suicídio. Mas o actual mecanismo de coordenação interserviços centra-se no tratamento posterior, faltando recursos para um acompanhamento precoce e proactivo, e medidas e meios de intervenção para os interessados receberem, de forma contínua, apoio emocional e psiquiátrico. Assim, mesmo em caso de repetição de tentativas de suicídio, o pessoal da linha da frente só pode actuar passivamente. Isto evidencia que os actuais mecanismos não estão a responder eficazmente aos casos de tendência de suicídio.

Pelo exposto, solicito ao Governo que abandone a actual política de avestruz e crie, proactivamente, mecanismos específicos e objectivos, para, atempada e racionalmente, divulgar à comunicação social as informações essenciais sobre os casos de suicídio, bem como continuar a fornecer dados brutos nas publicações e estudos estatísticos, para que a sociedade e os sectores em causa tomem conhecimento e prestem atenção à saúde mental e ao suicídio. Há que fornecer informações adequadas sobre a prevenção e como pedir ajuda, sobretudo, alertar a sociedade para prestar atenção e apoio às pessoas à volta. Há que definir objectivos claros para reduzir o número de suicídios, e também os serviços responsáveis pela sua execução e, através da colaboração interdepartamental e do reforço do investimento, assegurar que as pessoas tenham acesso a apoio suficiente, por forma a travar, efectivamente, o agravamento do suicídio!

IAOD do Deputado Wang Sai Man em 19.05.2025

Aprofundar as políticas do CEPA para promover a integração dos produtos fabricados em Macau nos padrões da Grande Baía

Nos últimos anos, as prioridades da acção governativa eram a promoção da diversificação adequada da economia, a integração das PME na Grande Baía e a promoção do grupo “9 + 2” na criação conjunta dos padrões da Grande Baía. Para pôr isso em prática e alcançar resultados, há que atender às condições existentes, mas, seja como for, há que ter em conta as vantagens e reforçar o apoio, para construir ninhos para atrair fénix; mais, olhando para o mundo, há que promover o desenvolvimento da economia real e da indústria manufactureira, que é um elo indispensável na estrutura socioeconómica para liderar a inovação, garantir o emprego e ganhar divisas. Macau é um porto franco, uma zona aduaneira autónoma encostada ao mercado do Interior da China e ligada a Hengqin, a sua taxa de impostos é baixa e beneficia do princípio “um país, dois sistemas”, o que constitui uma vantagem inata para o desenvolvimento da indústria manufactureira, podendo Macau focar-se nos produtos alimentares saudáveis e característicos, para desenvolver e fortalecer, em primeiro lugar, a indústria manufactureira, e depois atrair as indústrias para outras áreas de manufatura de alto nível. Neste momento, tudo está pronto, mas faltam políticas.

O CEPA é uma política especial celebrada entre o Governo Central e a RAEM, podendo dizer-se que já foram definidos os critérios para ajudar a obter o reconhecimento do Interior da China quanto aos “produtos de origem de Macau”, ou seja, “produtos fabricados em Macau”, e beneficiar do tratamento de direitos aduaneiros com taxa zero nas vendas para o Interior da China. O CEPA foi alargado do “comércio de mercadorias” ao “comércio de serviços” e ao “reconhecimento mútuo de habilitações profissionais”, e o conteúdo do acordo pode ser revisto duas vezes por ano. Por isso, para ultrapassar todas as barreiras e promover a entrada dos produtos “fabricados em Macau” no mercado da Grande Baía, é necessário aprofundar a política do CEPA. É claro que é necessário promover, ao mesmo tempo, o alargamento do âmbito de aplicação do CEPA em Hengqin e dos serviços alfandegários do Interior da China, pois só assim se conseguirão bons resultados. Por isso, já estão reunidas as condições para promover a política do CEPA no sentido de estabelecer uma relação económica e comercial mais estreita entre os produtos fabricados em Macau e o mercado da Grande Baía. Assim, sugiro o seguinte:

1. Aprofundar o comércio de mercadorias no âmbito do CEPA, incluindo os produtos produzidos e fabricados sob a supervisão de Macau, definindo os critérios da Grande Baía para a “rotulagem dos produtos no âmbito do CEPA”, tornando os produtos comercializados neste âmbito em ponto de partida para a integração na Grande Baía.

2. Alargar as condições definidas para o fornecimento de ingredientes para os produtos alimentares de origem animal, fabricados, produzidos e supervisionados em Macau ao abrigo do CEPA, permitindo a utilização dos produtos alimentares de alta qualidade provenientes do Interior da China, de produtos indicados pelos Serviços de Alfândega do

Interior da China, ou dos importados por inspecção sanitária do Interior da China. Estes alimentos que entram, temporariamente, em Macau para serem transformados, e são cá supervisionados, podem entrar no mercado da Grande Baía com isenção de direitos aduaneiros, mediante o certificado CEPA + M-Certidão, sendo o número do certificado e a rotulagem do CEPA registados automaticamente nas alfândegas e nos sectores industrial e comercial do Interior da China.

3. O Governo deve dialogar com os serviços de alfândega e de inspecção do Interior da China, para permitir que as mercadorias do CEPA possam entrar no Interior da China através da bagagem pessoal e por via postal, desde que sejam para o uso próprio, ou que as mesmas, mediante declaração alfandegária, possam entrar na venda a retalho da Grande Baía sem nenhum imposto ou inspecções, e que possam ser vendidas para o Interior da China através do comércio electrónico transfronteiriço.

Agora, os produtos de saúde fabricados em Macau que tenham um número atribuído pelo Instituto para a Supervisão e Administração Farmacêutica podem ser vendidos para o Interior da China através das plataformas *online*, uma política que pode ser tomada como referência. Se for possível aumentar as “facilidades na passagem fronteiriça” para os produtos certificados do CEPA, as exigências para os produtos alimentares de Macau entrarem no mercado da Grande Baía seriam reduzidas significativamente. Isto pode fomentar o desenvolvimento industrial de Macau e promover a localização dos padrões da Grande Baía. Sugere-se que o Governo promova a compreensão dos serviços do Interior da China, responsáveis pelas respectivas políticas, para o seguinte: a característica disto é o facto de não ser grande a envergadura das empresas de Macau; o destaque é Macau poder ser um caso bem-sucedido; o foco é o apoio das políticas do País; e a essência dos trabalhos de todos é ajudar Macau a cumprir a missão designada pelo Governo Central.

IAOD do Deputado Wu Chou Kit em 19.05.2025

Promover a integração e o desenvolvimento coordenado Hengqin-Macau

Há dias, o Director Xia Baolong visitou Macau, para se inteirar da situação do desenvolvimento sócio-económico, e formulou orientações importantes para o desenvolvimento sustentável de Macau, o que evidencia a grande importância e atenção que o Governo Central atribui à prosperidade, estabilidade e desenvolvimento a longo prazo de Macau.

O Director formulou quatro desejos para o sector industrial e comercial e os empresários, frisando que a construção de Hengqin deve ser vista como um assunto de Macau, e há que aproveitar bem o posicionamento de “Macau + Hengqin”, procurar mais soluções e criar mais projectos, para abrir um novo caminho para o desenvolvimento a longo prazo de Macau.

O Presidente Xi Jinping afirmou que, para o futuro desenvolvimento de Macau, há que ter uma visão internacional, ter na mira “Macau + Hengqin”, e definir os objectivos estratégicos para a Zona de Cooperação. Mais, salientou que se deve promover a conexão das infra-estruturas, a articulação de regras e mecanismos e a ligação entre os residentes de Hengqin e Macau, promovendo a união e a integração profunda nas áreas dos transportes, política e cultura. Isto é a nova força motriz da cooperação Macau-Hengqin e do desenvolvimento da Grande Baía, no sentido de abrir um novo horizonte para a implementação do princípio “Um País, Dois Sistemas” e apoiar Macau na criação dum futuro mais próspero e brilhante.

No relatório das LAG, o Chefe do Executivo mencionou quatro projectos relevantes, isto é, Cidade (Universitária) de Educação Internacional de Macau e Hengqin, bairro internacional turístico e cultural integrado, *hub* de Transporte Aéreo Internacional de Macau na margem oeste do Rio das Pérolas e parque industrial de investigação e desenvolvimento das ciências e tecnologias de Macau. Mais afirmou que na primeira fase da Zona de Cooperação, com prazo de três anos, alcançaram-se sucesso e resultados notórios em vários aspectos. No próximo passo, devem ser introduzidas empresas das indústrias definidas para a exploração de Hengqin, e há que as articular com as indústrias “1 + 4” de Macau, e concretizar os objectivos da segunda fase, que se iniciou este ano.

Apresento, então, as três sugestões seguintes:

1. Articulação das regras do regime de exploração comercial. Como as exigências da lei do registo comercial no Interior da China e em Macau são diferentes, as empresas de Macau, especialmente as especializadas, quando se inscrevem no Interior da China, devem reunir as respectivas qualificações previstas nas leis do país, mesmo que as qualificações sejam reconhecidas ao abrigo do regime da Zona de Cooperação, estas ficam impedidas de ali se registarem, o que dificulta a sua implementação. Os requisitos são demasiado elevados, o que limita, de certo modo, a entrada de empresas de Macau e não favorece a integração das

duas regiões. Sugere-se que Hengqin adopte um sistema ao de Macau ou lance políticas de apoio atractivas para que as empresas de Macau possam entrar em Hengqin.

2. Os diplomas vigentes não se articulam plenamente, por exemplo, no caso da construção de obras, propõe-se o lançamento de alguns projectos-piloto ou projectos de investimento da parte de Macau, os quais devem ser acolhidos, na medida do possível, pelo regime vigente em Macau, tomando como referência os concursos públicos do Governo da RAEM, cuja percentagem de participação de jovens profissionais de Macau é considerada como critério de avaliação das propostas.

3. No que diz respeito à "conexão das infra-estruturas ", propõe-se que, mediante planeamento urbanístico geral, as infra-estruturas dos dois territórios, sob a forma de negociação, construção e administração conjuntas e compartilha de resultados, sirvam os residentes dos dois territórios, ajustando a "conexão das infra-estruturas", a "articulação de regras e mecanismos" e a "ligação entre os residentes de Hengqin e Macau", quebrando as barreiras regulamentares, concretizando a partilha conjunta de instalações públicas e aproveitando as vantagens de ambas as partes, com o objectivo de servir a diversificação industrial de Macau e impulsionar a valorização e reconversão das indústrias.

IAOD da Deputada Song Pek Kei em 19.05.2025

Considerar o desenvolvimento de Hengqin como um assunto próprio e a “pergunta de resposta obrigatória” sobre o desenvolvimento diversificado

O Director do Gabinete de Trabalho de Hong Kong e Macau do Comité Central do Partido Comunista da China e Director do Gabinete para os Assuntos de Hong Kong e Macau do Conselho de Estado, Xia Baolong, chegou, há dias, a Macau para uma visita de seis dias, e durante a sua estadia, tratou de se inteirar da situação, para conhecer o pulso do desenvolvimento e estudar e avaliar a situação de Macau, tendo salientado que é necessário manter a exploração de Hengqing e promover a Zona de Cooperação Aprofundada entre Guangdong e Macau em Hengqin como um “assunto próprio”. O Director Xia reconheceu plenamente os trabalhos iniciais do novo Governo, indicando ainda a direcção de desenvolvimento, o que tem aumentado a confiança da sociedade.

A actual conjuntura mundial é instável e a tendência de recuperação de Macau está a enfraquecer, pois, o risco do desenvolvimento económico monolítico torna-se ainda mais evidente. No primeiro trimestre, registou-se, pela primeira vez, um crescimento negativo económico, o que reflecte a necessidade urgente de alteração da estrutura económica e da unicidade das receitas fiscais, e a importância de definir estratégias de desenvolvimento da diversificação da economia. Perante a nova conjuntura e as exigências das novas missões, o Governo deve liderar a luta da sociedade com todos os seus esforços e dominar a grande política de desenvolvimento do País, para promover a integração Hengqin-Macau, especialmente reforçando a consciência do lema “preparar-se para a adversidade em tempos de abundância”, reforçar a responsabilidade dos titulares dos cargos públicos e reunir o consenso social sobre o desenvolvimento, para promover um desenvolvimento pleno da diversificação adequada da economia, com vista a manter a prosperidade e a estabilidade a longo prazo.

Assim, apresento as seguintes opiniões:

1. O Governo disse que ia reforçar o investimento em Hengqin. Sugiro ao Governo que, aquando do investimento e desenvolvimento, crie condições para a participação das empresas de Macau nos projectos de Hengqin, por exemplo, no da “cidade universitária”, para que as PME de Macau tenham no futuro oportunidades de participação em projectos de construção. Há que aproveitar, de forma precisa, o posicionamento de “Macau + Hengqin”, liderando melhor os diversos sectores sociais no reforço da construção de Hengqin, e aproveitando as novas oportunidades de desenvolvimento de Hengqin, para dar respostas satisfatórias, em conjunto, à questão incontornável, que é a “diversificação da economia de Macau”.

2. Com o aprofundar da integração Macau-Hengqin e o aumento do intercâmbio de pessoas entre Macau e Hengqin, há que acelerar a interligação e interconexão das infra-estruturas. Para além de acelerar a “interligação e interconexão de *hardware*” e de facilitar as formalidades alfandegárias, é ainda necessário promover a interligação e interconexão

das infra-estruturas relacionadas com a vida da população de Macau, por exemplo, a água, a electricidade e as telecomunicações, etc., para que mais empresas de base de Macau se estabeleçam em Hengqin, promovendo o desenvolvimento integrado do fluxo de pessoas, veículos e mercadorias entre Macau e Hengqin, criando um ambiente de convergência com Macau e facilitando a vida e o emprego dos residentes de Macau na Zona de Cooperação.

3. Com o estabelecimento preliminar da conjuntura do desenvolvimento integrado de Macau e Hengqin e a implementação gradual de várias políticas e medidas inovadoras, já existem então vantagens políticas, institucionais e financeiras. O Governo da RAEM deve aproveitar bem o posicionamento de “Macau + Hengqin”, aprofundar ainda mais a cooperação conjunta entre Macau e Hengqin na captação de investimentos, reforçar de forma contínua a captação conjunta de investimentos entre Macau e Hengqin, e aproveitar as vantagens das políticas de ambas, para atrair empresas para Macau e em Hengqin, elevando o espaço de desenvolvimento profissional em Macau, para que os jovens possam ter mais garantias no emprego.

IAOD do Deputado Che Sai Wang em 19.05.2025

Rever a política de habitação para estimular a vontade dos jovens na aquisição de habitação económica

A questão da habitação tem sido alvo de grande atenção da população, especialmente numa altura de recessão económica e elevada taxa de desemprego, em que, mesmo com os esforços envidados ao longo dos anos, muitos jovens não conseguem suportar os elevados preços dos imóveis no mercado privado, continuando a “suspirar por uma habitação”. A habitação pública devia ser a “tábua de salvação” para os jovens concretizarem o seu sonho de adquirir uma casa, mas, na realidade, estão a enfrentar uma dupla dificuldade, isto é, o aumento da pressão da procura e a longa espera por uma habitação, o que demonstra a necessidade premente de ajustar a política de habitação.

Fazendo uma retrospectiva da política de habitação pública, verifica-se que a sua intenção inicial era garantir a necessidade de habitação dos residentes com baixos e médios rendimentos, para que todas as famílias pudessem ter um ambiente habitacional estável. Mas a actual política de habitação, nomeadamente a da habitação económica, está a afastar-se cada vez mais da intenção inicial. Após a epidemia, a nossa economia sofreu grandes prejuízos e os sectores foram afectados em diferentes graus; as empresas despediram trabalhadores e reduziram salários, o que levou à redução significativa dos rendimentos dos jovens e, mais, a par do aumento do custo de vida, embora os preços das habitações privadas tenham diminuído, continuam a ser inabituais.

A habitação pública era a última esperança deles, mas, devido aos preços e requisitos de candidatura, estão ainda longe de concretizar o seu sonho. Em 2024, o preço das habitações económicas divulgado pelo Governo atingiu as 3300 patacas por pé quadrado, o que está muito desarticulado com o mercado imobiliário em recessão, que se encontra em constante ajustamento, e também põe em causa a preservação do valor e a atractividade da habitação económica, perante a dupla restrição - elevado preço e requisitos rigorosos de candidatura.

Os actuais requisitos de candidatura são demasiado rigorosos, o que afasta muitos jovens com necessidades potenciais de aquisição de habitação. Por exemplo, as restrições sobre os rendimentos e o património fazem com que algumas famílias com rendimentos ligeiramente mais elevados, mas que ainda não suportam os encargos com uma habitação no mercado privado, não consigam candidatar-se a uma habitação económica. Mais, como o processo de candidatura é complexo, é necessário apresentar uma grande quantidade de documentos comprovativos, o que gasta muito tempo e energia dos requerentes. Todos estes problemas resultaram na redução significativa dos efeitos da política de habitação económica.

Face ao aumento para 3000 a 4000 patacas do preço por pé quadrado dos edifícios construídos pelo Governo, ou até acima do preço de mercado, para assegurar que os recursos públicos possam beneficiar verdadeiramente os cidadãos que necessitam, o Governo deve reavaliar a política de preços de venda, tomando como referência a taxa de queda dos preços

das habitações privadas após a epidemia, para reduzir de forma correspondente o preço de venda das habitações económicas, definir um preço razoável que corresponda mais à capacidade aquisitiva dos cidadãos e aumentar a vontade de compra de habitação por parte dos jovens. Ao mesmo tempo, devem ser relaxados os requisitos de candidatura e simplificados os seus procedimentos, para que mais residentes com necessidade se possam candidatar, de forma mais fácil e rápida, às habitações económicas.

IAOD do Deputado Cheung Kin Chung em 19.05.2025

União comunitária para uma nova conjuntura de desenvolvimento de Macau

Há dias, o Director do Gabinete de Trabalho de Hong Kong e Macau do Comité Central do Partido Comunista da China e Director do Gabinete para os Assuntos de Hong Kong e Macau do Conselho de Estado, Xia Baolong, visitou Macau para se inteirar do desenvolvimento socioeconómico de Macau, tendo transmitido o profundo carinho do Presidente Xi Jinping e do Governo Central aos compatriotas de Macau, e reconhecido o bom começo do novo Governo da RAEM. O Director Xia apresentou opiniões orientadoras e prospectivas sobre o futuro desenvolvimento de Macau, o que demonstra a alta importância dada pelo Governo Central a Macau, assim como o apoio no seu desenvolvimento de alta qualidade, tendo inspirando todos os sectores locais.

Durante a sua visita, o Director Xia reiterou a importância da diversificação adequada da economia local, e exigiu o seguinte: “É necessário colocar esta ‘pergunta de resposta obrigatória’, compreender e conhecer, plena e correctamente, a importância da Zona de Cooperação em Hengqin, e diligenciar a integração Hengqin-Macau, em prol da diversificação adequada da economia de Macau.” Temos de estar preparados para as adversidades e apoiar activamente o reforço da economia e a luta pelo desenvolvimento. Em primeiro lugar, temos de continuar a desenvolver uma indústria de turismo e lazer integrada excelente, dedicada e forte, acelerar a construção do centro mundial de turismo e lazer, apoiar o Governo na construção do Bairro internacional turístico e cultural integrado de Macau, criar projectos culturais e turísticos de nível mundial com influência internacional, aprofundar a integração intersectorial do “Turismo +” e explorar os mercados de visitantes internacionais, tais como o Sudeste Asiático, África, países lusófonos e hispânicos. Em segundo lugar, temos de promover continuamente a diversificação adequada da economia e criar melhores condições para orientar a reconversão e valorização das indústrias e apoiar as indústrias emergentes, tudo em prol do desenvolvimento económico de alta qualidade.

Quanto à construção da Zona de Cooperação, é necessário aproveitar bem o posicionamento de “Macau + Hengqin”, promovendo a circulação conveniente e rápida de pessoas, mercadorias, capitais, tecnologias, entre outros elementos, entre estas; e com base nas vantagens políticas dessa Zona, criar, de forma contínua, itinerários turísticos “multidestinos”, para impulsionar a transformação de Macau e Hengqin num “destino turístico de ouro”, abrindo um novo caminho para o desenvolvimento da indústria turística de Macau.

As quatro expectativas apresentadas pelo Director Xia Baolong ao sector industrial e comercial de Macau representam uma incumbência e uma motivação. É necessário compreender melhor o lema “grande empresário, pela nação e pelo povo”, desenvolver a tradição gloriosa de “amar a Pátria e Macau” e o espírito empreendedor, assumir responsabilidades e partilhar preocupações com o País, e alcançar os objectivos traçados mediante o nosso contributo para o País e para o desenvolvimento de Macau. Agora, a abertura e a cooperação no mundo continuam a ser uma tendência histórica, e os benefícios e ganhos mútuos continuam a ser a vontade do povo. Por isso, devemos continuar a alargar

a abertura ao exterior e a abraçar o mundo, expandir o "círculo de amigos" internacionais, apoiar Macau a desempenhar bem o seu importante papel de ponte na abertura do País ao exterior, e envidar mais esforços para nos integrarmos e servirmos em prol de uma boa conjuntura nacional.

Sob a liderança do Chefe do Executivo e do Governo da RAEM, estamos confiantes e bem preparados para o desenvolvimento económico, e vamos cumprir escrupulosamente os princípios de assumir com coragem as nossas missões, elevar a capacidade de actuação, executar, da melhor forma, os importantes trabalhos das sete áreas propostos pelo Chefe do Executivo, prosseguir o princípio de “Macau alicerçada no Estado de Direito, numa dinâmica cultural e feliz”, e continuar a escrever um excelente capítulo sobre o sucesso da implementação do princípio “um País, dois sistemas”, para fazer de Macau uma pérola da Pátria que brilhar com todo o seu esplendor, contribuindo para o grande rejuvenescimento da nação chinesa.

IAOD do Deputado Lei Leong Wong em 19.05.2025

O projecto de renovação urbana tem em conta o planeamento urbanístico e o equilíbrio entre a densidade populacional e a redução do desperdício de recursos sociais

O Regime jurídico da renovação urbana entrou em vigor há cerca de 2 anos, mas ainda não foram reconstruídos os edifícios nos termos da lei. Quanto ao projecto de reconstrução dos 7 edifícios do Bairro Iao Hon, que tem despertado a atenção da sociedade, para além do apoio na criação dos órgãos de administração de 46 edifícios localizados nas 7 parcelas de terreno, e no contacto com os restantes proprietários, não há mais informações.

É de salientar que, no ano passado, o Governo definiu a construção da habitação pública na Rua Oito do Bairro Iao Hon como projecto-piloto do plano de renovação urbana e, recentemente, anunciou a reconstrução da antiga residência dos trabalhadores dos CTT. Objectivamente, os trabalhos da renovação urbana têm vindo a progredir, mas os dois projectos acima referidos são liderados pelo Governo e são terrenos do Estado, o que é substancialmente diferente do plano de reconstrução dos edifícios privados antigos, que é um problema que a sociedade está a enfrentar.

Por exemplo, quanto ao Edifício Nam Wei Kok, na Avenida de Artur Tamagnini Barbosa, embora os proprietários das fracções manifestem vontade de reconstrução e já tenham obtido a percentagem necessária de direitos de propriedade para o efeito, devido ao controlo da densidade populacional estabelecido pelo Governo, é permitida apenas a construção de mais 5 fracções habitacionais. Esta limitação torna o projecto pouco atractivo para investidores privados, dificultando assim o processo de reconstrução. Neste momento, os projectos em causa necessitam de estudos e discussões mais aprofundados. O Governo deve ouvir as opiniões dos proprietários e da sociedade. Sob a premissa de considerar, de forma abrangente, o planeamento urbano, devem-se ajustar cientificamente os padrões de densidade populacional e definir a melhor solução para os projectos de reconstrução, evitando que os proprietários tenham de suportar os elevados custos de reconstrução. Caso contrário, será difícil avançar com a reconstrução, quanto mais alcançar os objectivos da renovação urbana.

É de salientar que um dos principais objectivos da renovação urbana é melhorar as condições de vida dos residentes nos bairros antigos. Segundo a política actual, o aumento do número de fracções é limitado devido às medidas de controlo implementadas nas zonas com maior densidade populacional e, por sua vez, os proprietários, em termos gerais, não possuem capacidade financeira para suportar as despesas de reconstrução. Nos bairros antigos, devido às exigências de protecção do património mundial, a altura das construções é restrita, enquanto nas zonas mais novas ainda não se justifica a reconstrução ou a renovação urbana. Assim, quais são as zonas que reúnem condições para implementar a renovação urbana? Como é que os respectivos trabalhos vão ser concretizados? Estas questões merecem uma consideração aprofundada por parte das autoridades.

Promover a renovação urbana, acelerar os projectos de remodelação existentes e rever o regime jurídico vigente são prioridades das acções governativas para este ano. Durante a recente visita a Macau, o Director do Gabinete de Trabalho de Hong Kong e Macau do Comité Central do Partido Comunista da China e Director do Gabinete para os Assuntos de Hong Kong e Macau do Conselho de Estado, Xia Baolong, manifestou a sua atenção ao reordenamento dos bairros antigos, esperando que, através da renovação urbana, o Governo melhore o ambiente dos mesmos e eleve a qualidade de vida da população. Tanto os objectivos das LAG como as instruções dadas pelo Governo Central a Macau realçam a importância dos respectivos trabalhos. O Governo da RAEM deve assegurar a concretização efectiva das acção governativa e proceder, com seriedade, aos trabalhos de acompanhamento, evitando o desperdício contínuo dos recursos públicos e custos sociais.

Assim sendo, apresento as seguintes opiniões e sugestões:

1. No relatório das LAG para este ano, o Governo apresenta as metas dos seus trabalhos, isto é, rever o regime jurídico vigente, analisar, de forma global, a situação das habitações dos bairros antigos e encontrar a melhor solução que se articule com o planeamento geral destes bairros. Assim, sugiro que se reveja o Regime jurídico da renovação urbana, nomeadamente, os obstáculos e limitações encontrados na promoção dos respectivos trabalhos durante os dois anos da implementação do regime, com vista à maior operacionalidade deste, assim como ao melhoramento do ambiente dos bairros antigos e da qualidade de vida da população.

2. Para controlar eficazmente a densidade populacional de uma zona, para além da limitação do número de fracções e da área bruta de construção dos edifícios alvo de reconstrução, o Governo deve dar atenção ao planeamento geral da zona em causa. Por exemplo, o edifício Nam Vai Kok está situado numa zona que não faz parte do Centro Histórico de Macau e já há consentimento dos proprietários com quota suficiente para avançar com a sua reconstrução, portanto, poderia ser o primeiro projecto de edifício privado em Macau sujeito a renovação urbana. O Governo deve ponderar a situação real, nomeadamente, os diversos problemas decorrentes do envelhecimento dos edifícios, que também afectam a qualidade de vida dos moradores daquela zona. Sugiro que, no futuro, quando a oferta da habitação social for suficiente, se proceda ao estudo sobre a alteração da finalidade das habitações sociais daquela zona, com mais de 40 anos, para outras instalações públicas, para criar mais condições favoráveis para os futuros projectos privados a realizar nessa zona para a promoção da renovação urbana.

3. O terreno situado na mesma zona, na Rua Oito do Bairro Iao Hon, foi transformado, em 2021, numa zona de lazer provisória, trata-se de um espaço de lazer e actividades diárias para os moradores dessa zona, e que foi recuperado para ser utilizado como projecto-piloto de renovação urbana, o que reduziu os espaços de lazer nessa zona, e, no futuro, a densidade populacional dessa zona vai aumentar. Sugiro às autoridades que, com base nos planos de pormenor das diversas zonas, avaliem, com prudência, a actual situação do mercado imobiliário e ponderem de novo a finalidade do respectivo terreno, ou, pelo

menos, que reduzam, adequadamente, o número de fracções a construir ali, e aumentem as zonas verdes e espaços para actividades, para equilibrar a densidade populacional dessa zona.

IAOD dos Deputados Iau Teng Pio, Pang Chuan e Kou Kam Fai em 19.05.2025

Promover, de forma profunda e eficaz, a educação patriótica

Durante a sua visita a Macau, o Director Xia Baolong esclareceu, profundamente, a importante missão de Macau na nova fase da prática de “Um País, Dois Sistemas”, e sublinhou particularmente que os pontos culturais e turísticos com elementos patrióticos devem ser plenamente aproveitados para aprofundar a educação patriótica, o que indica a direcção do trabalho educativo em Macau. Para promover, de forma profunda e eficaz, a educação patriótica e contar bem a história de Macau e a história da China, apresentamos as seguintes sugestões:

1. Explorar o valor educativo dos recursos culturais e turísticos de Macau e injectar vitalidade na educação patriótica. Macau possui recursos históricos e culturais profundos, como o Museu Memorial Lin Zexu, o Museu Memorial de Xian Xinghai e a Antiga Residência de Ye Ting, etc., que servem de suporte para os fortes sentimentos patrióticos, e o local onde foi assinado o Tratado Sino-Americano de Mong-Há testemunhou a luta da China moderna para salvaguardar a soberania nacional. Com base nestes recursos, devemos inovar a educação, alargar os canais de divulgação e reforçar a educação patriótica com cenas imersivas. Propomos a organização regular de exposições temáticas patrióticas, palestras e actividades experimentais em locais culturais e turísticos, a ligação do Centro Histórico de Macau ao património cultural mundial e às bases de educação patriótica, e o desenvolvimento de “itinerários de estudo da história e cultura patrióticas”, com o recurso às tecnologias de RA e RV para restaurar cenas históricas, como a destruição de ópio por Lin Zexu em Humen e a composição de canções sobre a Guerra Anti-Japonesa por Xian Xinghai, para permitir que os estudantes tenham acesso à história e se apercebam do espírito de patriotismo ao percorrerem os caminhos. No âmbito da educação sobre a defesa nacional para os alunos do ensino secundário, podemos utilizar os recursos da defesa marítima de Zhuhai para organizar uma visita ao local onde houve resistência britânica na ilha de Qi'ao e ao Parque Memorial de Guishan, a fim de aprender a história da defesa nacional no estuário do rio das Pérolas, desde as dinastias Ming e Qing até hoje, e, ao mesmo tempo, incorporar elementos de Macau para explicar a importância do seu papel na defesa marítima da China e reforçar a consciencialização sobre a soberania nacional e a responsabilidade pela sua defesa. Através da participação na conservação dos edifícios históricos de Macau, os estudantes não residentes que estudam em universidades de Macau podem ficar a par do contexto cultural e nacional subjacente ao património assinalado por “O Oriente encontra o Ocidente” e aprofundar o reconhecimento das vantagens únicas de “Um País, Dois Sistemas”.

2. Construir o sistema de formação conjunta “escola+sociedade” e integrar o sentimento patriótico no processo de crescimento dos jovens. O aprofundamento da educação patriótica dos jovens é um projecto sistemático, que necessita da sinergia de esforços do Governo, do sector educativo e de todos os sectores da sociedade. Propomos o reforço da orientação das políticas e o aumento do investimento na educação patriótica; o aperfeiçoamento do sistema curricular pelo sector educativo, integrando a educação patriótica nos seus trabalhos quotidianos de ensino; e o desenvolvimento de actividades temáticas sobre o amor à Pátria

pelas associações sociais, criando um ambiente patriótico. Há que criar um mecanismo de co-formação com objectivos comuns e acções concertadas, orientando os jovens para consolidarem o conceito de Estado na cognição cultural e cultivarem o sentimento patriótico na identificação de valores.

Sendo Macau um exemplo de sucesso da concretização do princípio “Um País, Dois Sistemas”, as suas raízes históricas e características culturais têm naturalmente ricos nutrientes da educação patriótica. Recorramos aos recursos culturais e turísticos como elo de ligação e formação conjunta como canal, para o espírito patriótico ser integrado no processo de crescimento dos jovens, através da reprodução de cenas históricas, da transmissão do sistema educativo e da integração da atmosfera social, para Macau, na defesa da essência de “Um País” e no desenvolvimento das vantagens dos “Dois Sistemas”, poder formar uma nova geração, congregando forças para promover a modernização ao estilo chinês e concretizar o grande rejuvenescimento da nação chinesa.

IAOD do Deputado Si Ka Lon em 19.05.2025

Optimizar o mecanismo de colaboração das indústrias emergentes, apoiado o desenvolvimento diversificado da economia de Macau

Actualmente, o nosso País está constantemente a emitir sinais para intensificar o desenvolvimento de indústrias emergentes estratégicas, e a economia digital, a tecnologia verde, a inteligência artificial, entre outros, são a principal força motriz de desenvolvimento. O Governo da RAEM tem vindo a apostar na diversificação da economia, e desde o lançamento do "Plano de desenvolvimento da diversificação adequada da economia da RAEM (2024 – 2028)", o desenvolvimento de todos os sectores tem sido promovido de forma ordenada. Desde a tomada de posse do novo Governo, este lançou várias medidas inovadoras, incluindo a criação de um fundo governamental para as indústrias e de um fundo de orientação para a transformação dos resultados científicos e tecnológicos, a promoção da Pataca Digital de Macau, a construção de um parque industrial de investigação para o desenvolvimento científico e tecnológico e do bairro internacional turístico e cultural integrado de Macau, etc. Além disso, foram criados cinco grupos de trabalho, orientados pelas diversas políticas de apoio do País, para reforçar a cooperação interdepartamental e interdisciplinar, a coordenação e o planeamento legislativo e consolidar as bases para o desenvolvimento das indústrias emergentes.

Macau encontra-se numa fase crucial de reconversão económica, e tanto a inovação do sistema de Hengqin como o mercado da Grande Baía são "aceleradores" das indústrias emergentes de Macau, o que nos permite ter mais possibilidades de investigação e desenvolvimento tecnológico, de exploração de mercado e de cooperação internacional, abrindo um maior espaço de desenvolvimento.

Sendo uma economia de pequena e média dimensão, Macau tem de aproveitar a oportunidade para se posicionar na concorrência global e atrair bons projectos e talentos. Há que aproveitar as indústrias emergentes para melhorar a legislação e coordenar as políticas, para que juntamente com os recursos sejam cumpridas as necessidades das indústrias com maior precisão, no sentido de dar um novo impulso ao desenvolvimento das indústrias emergentes e torná-las mais estáveis no circuito de desenvolvimento industrial, elevando assim a economia de Macau para um novo patamar.

Assim, apresento as seguintes sugestões:

1. Melhorar a legislação em prol do desenvolvimento harmonioso das indústrias emergentes. As necessidades de desenvolvimento dessas indústrias levam a uma maior exigência em termos da natureza específica de leis e da eficácia da cooperação interserviços. Proponho ao Governo que, através do Grupo de Trabalho para a Coordenação Jurídica, proceda ao estudo sobre a legislação necessária para as indústrias emergentes, incluindo a economia digital, a tecnologia verde, etc., para garantir que as leis se adaptam às necessidades das indústrias e para dar um apoio mais forte ao seu desenvolvimento.

2. Reforçar a cooperação entre os serviços públicos para salvaguardar a implementação eficaz das políticas. O desenvolvimento de indústrias emergentes estratégicas é uma tarefa sistemática, especialmente quando existe a colaboração interserviços. Proponho ao Governo que crie um grupo interdepartamental no domínio económico, clarifique as tarefas de cada serviço público e formule um plano faseado para o desenvolvimento destas indústrias em articulação com um fundo governamental para as indústrias e o fundo para a transformação dos resultados científicos e tecnológicos, de modo a atrair mais empresas de alta qualidade e aproveitar plenamente as vantagens do “duplo papel” da abertura de Macau ao exterior e da sua ligação com a Grande Baía no interior, a acelerar a formação de um esquema sistemático ao nível regional e internacional em prol da criação de uma nova força motriz económica.

IAOD do Deputado Zheng Anting em 19.05.2025

Racionalizar o planeamento da reserva de terrenos em prol do desenvolvimento diversificado de Macau

Nos últimos anos, o Governo tem promovido, activamente, o desenvolvimento da diversificação da economia, a concretização da estratégia das indústrias “1+4” e a criação das marcas de “Cidade do Desporto” e “Cidade das Artes do Espectáculo”. Porém, o desenvolvimento da diversificação das indústrias requer o uso de terrenos, os quais constituem a base estratégica para o desenvolvimento a longo prazo de Macau. Actualmente, Macau enfrenta o duplo desafio da limitação de terrenos e exigências sociais crescentes. A forma de planear cientificamente e de atribuir racionalmente terrenos a vários tipos de indústrias, bem como de utilizar eficazmente os terrenos em prol do seu desenvolvimento sustentável, não só está relacionada com a eficácia da actual reconversão económica, como também afecta profundamente o futuro desenvolvimento de Macau.

Nos últimos anos, o Governo de Macau recuperou centenas de milhares de metros quadrados de terrenos e, a par disso, há também alguns terrenos conquistados ao mar que estão por planear e utilizar. Segundo algumas opiniões, o Governo deve incorporar, quanto antes, esta reserva de terras no planeamento urbanístico de Macau e fixar um calendário de planeamento específico para a sua concretização, de modo a assegurar que a utilização dos terrenos é eficazmente ajustada ao desenvolvimento diversificado da economia. Ao mesmo tempo, o Governo deve, tendo em conta as características das indústrias “1+4”, fazer um planeamento razoável, de modo a atribuir racionalmente os terrenos valiosos e reservar terrenos em zonas específicas para o desenvolvimento de instalações desportivas, locais de espectáculos e outras indústrias diversificadas.

Pelo exposto, apresento as seguintes sugestões:

1. Quanto à reserva de terrenos nas proximidades de zonas relacionadas com a vida da população, antes da definição da sua finalidade definitiva, deve-se planear a sua utilização provisória, em articulação com o desenvolvimento urbano e as necessidades de interesse público, para a construção de instalações de serviços públicos, infra-estruturas públicas, instalações públicas de lazer, etc., em prol da maximização do interesse público. Por exemplo transformando os terrenos recuperados em recintos desportivos e de lazer, como “campos livres” de 24 horas, jardins para todos, etc. ou então em parques de estacionamento ao ar livre. Há ainda quem entenda que alguns terrenos em reserva que reúnem condições podem ser transformados em feiras nocturnas temporárias, para enriquecer os elementos turísticos de Macau.

2. Quanto aos terrenos recuperados de grande dimensão com localização privilegiada, por exemplo, os do Canídro, Hipódromo, etc., é de pensar na sua transformação num complexo cultural, turístico e de convenções e exposições; e em conjugação com o posicionamento de Macau como “Cidade de Artes Performativas”, é de planear a construção de um complexo multifuncional, incluindo pavilhões de artes performativas, locais para

feiras culturais e criativas, e centros de convenções e exposições. A criação de marco cultural que funcione durante 24 horas irá satisfazer as necessidades dos residentes e atrair mais turistas para fazer “check-in” lá. Tendo em conta as necessidades da população, há que reservar espaços públicos, planear as instalações comunitárias, espaços verdes e de lazer, etc., para o desenvolvimento integrado das indústrias e da cidade.

3. Quanto aos aterros, atendendo às necessidades a longo prazo do desenvolvimento das indústrias, há que fazer uma distribuição racional das indústrias por zonas e definir claramente as suas áreas funcionais. Por exemplo, a Zona A para os serviços financeiros modernos, a Zona B para as indústrias culturais e criativas, a Zona C para a base de investigação e desenvolvimento científico e tecnológico, a Zona D para a indústria de *big health*, etc., para formar agrupamentos industriais com características próprias. E mais, há que criar um mecanismo de avaliação periódica durante o processo de planeamento, para garantir que o planeamento é ajustado e optimizado de acordo com a evolução dos tempos.

IAOD do Deputado Ngan Iek Hang em 19.05.2025

Aperfeiçoar as medidas destinadas ao desenvolvimento das indústrias emergentes e à promoção do emprego

Recentemente, o Director do Gabinete de Trabalho de Hong Kong e Macau do Comité Central do Partido Comunista da China e Director do Gabinete para os Assuntos de Hong Kong e Macau do Conselho de Estado, Xia Baolong, visitou Macau, focando a sua atenção na diversificação adequada da economia local, na construção da Zona de Cooperação e na transmissão da cultura, entre outras áreas respeitantes ao desenvolvimento a longo prazo e ao bem-estar da população, o que mostra o carinho e o apoio do Governo Central no desenvolvimento de Macau. Durante a visita, o Director Xia reuniu-se com os sectores industrial e comercial e apresentou “quatro esperanças”, indicando claramente o rumo a seguir por Macau sob a actual conjuntura internacional complexa e em constante mudança. Face às importantes instruções do Director Xia, o Chefe do Executivo, Sam Hou Fai, mandou rapidamente implementar planos de trabalho em 7 áreas e, tendo em conta as necessidades essenciais decorrentes do desenvolvimento socioeconómico, lançou várias medidas com foco na economia local, no desenvolvimento da Zona de Cooperação e nos jovens talentos, o que está intimamente relacionado com os sectores sociais e os residentes.

Todos os sectores sociais estão altamente atentos às medidas no âmbito do desenvolvimento das novas indústrias, acesso ao emprego e economia comunitária. Quanto às políticas do Governo e aos aspectos alvo da atenção dos residentes, sugiro o seguinte:

1. O Governo deve pormenorizar os planos específicos a médio e longo prazo para as indústrias de tecnologia de ponta, *big health* da medicina tradicional chinesa, finanças modernas, convenções e exposições, cultura e desporto, e com base nas vantagens políticas da Zona de Cooperação, reforçar a cooperação interdepartamental e tomar a iniciativa de dialogar e negociar com os sectores relacionados, para ultrapassarem, em conjunto, os obstáculos ao desenvolvimento industrial. Deve ainda acelerar o aperfeiçoamento das medidas complementares destinadas às lojas antigas com características próprias, às lojas relacionadas com a vida da população e às *startups*, para criar um ambiente de negócios de alta qualidade, apoiar o desenvolvimento diversificado e próspero das indústrias, promover a criação de novos postos de trabalho nos diversos sectores e aumentar as escolhas de emprego.

2. O Governo deve acelerar o ritmo de ajustamento do sistema estatístico para o desenvolvimento diversificado e adequado da economia, incluir os dados estatísticos sobre o valor total de produção e o número de trabalhadores das indústrias relacionadas, etc., e acelerar o estudo sobre a procura de talentos e os trabalhos de registo de talentos, para abrir uma via, desde a educação até ao emprego, para a formação de talentos, e para os residentes ficarem a conhecer e acompanharem atempadamente a evolução do desenvolvimento das indústrias.

3. O Governo deve proceder a uma avaliação contínua da eficácia das diversas medidas de apoio ao emprego, aperfeiçoar o mecanismo de emparelhamento profissional,

implementar, com celeridade, uma plataforma integrada de formação profissional, conjugar as dinâmicas actualizadas e as necessidades reais sobre as vagas disponíveis nas empresas, e enriquecer a formação profissional, de modo a alcançar o efeito ideal de “formação + emprego” e adoptar medidas eficientes e pragmáticas para promover efectivamente o emprego dos residentes.

4. A actividade “Grande prémio para o consumo nas zonas comunitárias” está a chegar à fase final, pelo que o Governo deve acelerar o processo de avaliação da sua eficácia e promover proactivamente uma série de actividades e medidas favoráveis ao desenvolvimento da economia comunitária e ao consumo. Deve ainda ser reforçada a coordenação entre eventos, actividades temáticas e festividades tradicionais organizadas pelas diferentes comunidades, formando um padrão de desenvolvimento interligado que potencie efeitos sinérgicos e cumulativos.

IAOD do Deputado Leong Hong Sai em 19.05.2025

Bom aproveitamento dos recursos de solos, em prol da diversificação industrial e da melhoria do bem-estar da população

O Director do Gabinete de Trabalho de Hong Kong e Macau do Comité Central do Partido Comunista da China e Director do Gabinete para os Assuntos de Hong Kong e Macau do Conselho de Estado, Xia Baolong, apresentou a Macau “quatro esperanças” e apontou o seguinte: “É premente promover a diversificação adequada da economia de Macau, e todos têm de ter a consciência sobre crises, estar preparados para as adversidades, unificar o pensamento, actuar de imediato” e, mais ainda, “fazer do desenvolvimento de Hengqin a sua própria causa.” Isto mostra a grande expectativa do Governo Central na integração Hengqin-Macau e a alta importância dada pelo País à diversificação da economia e indústrias locais. Assim sendo, devemos agir proactivamente, dando os nossos contributos para o País.

Os recursos de solos são indispensáveis para Macau desenvolver indústrias diversificadas. Nos últimos anos, o Governo recuperou muitos terrenos do Estado, os quais, contudo, não são, por enquanto, aproveitados, devido a vários motivos complexos. O novo Governo dá importância ao desenvolvimento de terrenos e propõe, através da sabedoria colectiva e do bom aproveitamento dos terrenos, a exploração dos complexos integrados do turismo e cultura, com vista à diversificação industrial e ao potenciar das vantagens dos recursos de Macau, e nisto deposito grande esperança. Para o bom aproveitamento dos recursos de solos em prol da diversificação das indústrias e do bem-estar da população, sugiro o seguinte:

1. Ainda não há planeamento para vários terrenos de grande dimensão na Taipa, por exemplo, o terreno junto a um parque de estacionamento na Rua do Cunha, o terreno do Jockey Club e o terreno inicialmente destinado ao Mundo Oceânico, por isso, espero que o Governo dê importância ao seu desenvolvimento, ausculte as opiniões do público e acelere a definição dos objectivos de curto, médio e longo prazos para esses terrenos. O Governo pode, por exemplo, transformá-los em parques de estacionamento provisórios, jardins comunitários ou campos desportivos de grande dimensão, para satisfazer as necessidades da população; ou ainda, destinar alguns deles a instalações complementares da cidade inteligente, ou a projectos-piloto de protecção ambiental, para incrementar rapidamente o papel dos bairros comunitários.

2. A “Cidade das Artes Performativas” e a “Cidade do Desporto” são dois projectos de desenvolvimento referidos no Relatório das Linhas de Acção Governativa. Mas, Macau tem falta de terrenos de grande dimensão, o que, sem dúvida, limita e atrasa a concretização do projecto da “Cidade das Artes Performativas”. Assim sendo, espero que o Governo conclua, quanto antes, o planeamento dos terrenos das Zonas C e D dos novos aterros e o respectivo aterro. Além disso, o País deseja um desenvolvimento integrado entre Hengqin e Macau, e o Governo tem como objectivo de acção governativa a construção de um bairro internacional turístico e cultural integrado de Macau em Hengqin, por isso, deve criar um mecanismo de coordenação transfronteiriça para a exploração de terrenos, permitindo às empresas de

Macau participarem na exploração dos terrenos em Hengqin mediante parcerias accionistas, criando assim condições para alcançar os objectivos de acção governativa de construir um “*hub* de transporte aéreo internacional de Macau na margem oeste do Rio das Pérolas e um parque industrial de investigação e desenvolvimento das ciências e tecnologias, para promover o desenvolvimento complementar das indústrias da Zona de Cooperação e de Macau.

3. Para efeitos de avaliação da finalidade dos terrenos, propõe-se o seguinte: tomar como referência a prática das cidades vizinhas e criar um sistema de informações sobre a execução dos terrenos, para fiscalizar, em tempo real, a exploração e a eficiência da sua utilização, evitando o seu desaproveitamento; criar um mecanismo de avaliação dinâmica da finalidade dos terrenos, ajustar os planos de acordo com as tendências das indústrias e as mudanças demográficas, promover a tecnologia de contratos inteligentes e simplificar o processo de apreciação, autorização e circulação de terrenos.

Mediante as sugestões acima referidas, espero que seja possível desenvolver o valor da reserva de terrenos de Macau, melhorar a vida da população e apoiar a diversificação industrial e o desenvolvimento sustentável da cooperação entre Hengqin e Macau.

IAOD do Deputado Ho Ion Sang em 19.05.2025

Reparação e conservação de edifícios

A Direcção dos Serviços Meteorológicos e Geofísicos prevê que a época de tufões deste ano mais ou menos comece em Junho e termine em Outubro. Macau pode ser afectada por cerca de 5 a 8 tempestades tropicais, um número normal ou ligeiramente acima, sendo possível a ocorrência de tufões severos ou de categoria superior. O envelhecimento dos edifícios e a falta de reparação e conservação são problemas prementes. Actualmente, existem cerca de 5000 edifícios com mais de 30 anos, prevendo-se que o número de edifícios antigos continue a aumentar. Devido à falta prolongada de manutenção e conservação, alguns edifícios antigos apresentam um acelerado processo de deterioração, o que faz aumentar significativamente o risco de queda de objectos e de acidentes durante a época de chuvas e tufões, constituindo um perigo para a segurança comunitária.

“A idade avançada dos edifícios, a dificuldade em angariar dinheiro e a falta de liderança” são os principais obstáculos à reparação de edifícios baixos, especialmente em Macau, onde existem muitos “edifícios sem administração”, e há dificuldade em motivar os proprietários, resultando num estado de prolongada falta de conservação. Mesmo que haja proprietários dispostos a liderar as obras de reparação e conservação, existem problemas como a convocação das assembleias gerais dos condomínios e a angariação de dinheiro, dificultando sobremaneira a realização desses trabalhos. Apesar de o Governo ter lançado vários planos de apoio financeiro para a reparação e a inspecção dos edifícios, continua a ser difícil aumentar, efectivamente, a participação activa dos proprietários.

Pelo exposto, apresento as seguintes opiniões:

1. Com a chegada da época de tufões, os ventos fortes e as chuvas torrenciais vão acelerar ainda mais o envelhecimento dos edifícios, alguns deles estão em mau estado de conservação e até têm “plantas parasitas”, assim, proponho que se reforce a inspecção da segurança dos edifícios, para detectar problemas o mais cedo possível e proceder à devida consolidação; e há que negociar com as entidades responsáveis pela gestão dos edifícios, para debelar, quanto antes, as “plantas parasitas” que constituem risco para a segurança da construção.

2. O Governo afirmou que ia iniciar os trabalhos preliminares da reforma do Fundo de Reparação Predial, estudar os itens que necessitam de ser aditados, e rever os respectivos regulamentos, a fim de satisfazer as necessidades da sociedade. Assim, proponho que se alargue o âmbito do apoio financeiro para reparação de edifícios baixos, se aumente o valor do apoio financeiro e se reforce a divulgação do dito plano, a fim de alargar o incentivo a mais edifícios baixos, aliviando, assim, a pressão económica e elevando a consciência sobre o sentido de responsabilidade dos moradores sobre reparação. Além disso, é de considerar a questão das “plantas parasitas” no âmbito do apoio financeiro para reparação das partes comuns dos edifícios, incentivando os proprietários a procederem à devida reparação e manutenção.

3. O Governo afirmou ainda que ia simplificar as formalidades do Fundo de Reparação Predial e apoiar os trabalhos de reparação dos edifícios. Assim, proponho que se estude e tome como referência o conceito *one stop* de prestação de serviços e de apoio financeiro do “Plano integral de apoio à reparação de edifícios” de Hong Kong, e que se estude a criação, em conjunto com várias entidades, de serviços especializados para consulta e divulgação de informações sobre a reparação de edifícios, e se proceda ao tratamento *one stop* dos pedidos de licenciamento de obras, dos dados das entidades prestadoras de serviços de obras e dos pedidos de apoio financeiro para reparação, com vista a eliminar as preocupações dos proprietários de edifícios baixos e a clarificar os procedimentos de reparação e manutenção dos edifícios, simplificando o respectivo processo de requerimento, de modo a aumentar ainda mais a sua iniciativa de participação.

IAOD da Deputada Wong Kit Cheng em 19.05.2025

Reforçar a reserva do pessoal de enfermagem e promover a descentralização de recursos nos bairros comunitários

Até Março deste ano, o número de enfermeiros em Macau atingiu os 3107, representando cerca de 40 por cento do número total de profissionais de saúde, e a proporção de enfermeiros por cada mil habitantes já atingiu 4,4 por cento. Para fazer face à “população superenvelhecida” no futuro e concretizar o “Plano de Acção para Macau Saudável”, em que os recursos médicos se descentalizam nos bairros comunitários, o Governo afirmou, recentemente, que essa proporção tinha de ser aumentada para 5,5 a 6. Ao mesmo tempo, tendo em conta a entrada em funcionamento do Posto de Saúde da UOPG Este-2 na Zona A dos Novos Aterros no segundo semestre do corrente ano, o plano de construção do centro de cuidados especiais para idosos e a legislação do Governo sobre a criação de um hospital de dia, como é que se pode reforçar e estabilizar, de forma contínua, a equipa de enfermagem e desempenhar o seu papel de suporte no sistema de saúde é algo que merece a atenção da sociedade.

É de salientar que, de acordo com os dados das “Estatísticas da saúde de 2023”, o número de enfermeiros que trabalha nos hospitais e nos estabelecimentos de prestação de cuidados de saúde do Governo é relativamente grande. O número de enfermeiros de outras clínicas privadas, lares de idosos e farmácias é de apenas 760, representando 26 por cento do seu número total. No processo de promoção da descentralização dos recursos de saúde nos bairros comunitários, o número de equipas de cuidados de saúde nesses bairros ainda tem muito espaço para melhoria. Mas, segundo o pessoal de enfermagem de várias instituições e dos bairros comunitários, há diferenças salariais e de regalias entre o pessoal das instituições médicas públicas e sem fins lucrativos e os profissionais de saúde de outras comunidades. Mais, existem diferenças no desenvolvimento da carreira profissional entre os serviços de saúde comunitários e o trabalho clínico hospitalar, e algumas instituições comunitárias, como lares e centros de reabilitação, deparam-se com dificuldades na retenção do pessoal. Tudo isto vai dificultar o objectivo do governo de promover a descentralização dos recursos de saúde nos bairros comunitários.

Assim, gostaria de apresentar as seguintes sugestões:

1. Alargar o investimento de recursos de apoio à equipa de enfermagem nos bairros comunitários. Sugiro ao Governo que aumente o apoio financeiro às instituições de serviços sociais, e o apoio financeiro e o número de vagas para os profissionais de saúde dos bairros comunitários, nomeadamente, para lares de idosos e de reabilitação, gestão de doenças crónicas e serviços ao domicílio, com vista a reduzir a diferença salarial e de regalias entre o pessoal das instituições públicas, das privadas e das sem fins lucrativos, permitindo assim que mais pessoal de enfermagem participe, sem preocupações, nos cuidados básicos comunitários.

2. Optimizar as carreiras e elevar a estabilidade global do sector de enfermagem. Proponho ao Governo que estude a criação de um regime uniforme para a carreira do pessoal

de enfermagem ou apresente uma proposta padronizada para todos os enfermeiros de Macau, para otimizar o desenvolvimento profissional do pessoal de enfermagem, a formação e a progressão na especialidade, definir claramente os índices salariais ou reduzir a diferença salarial entre os enfermeiros através da atribuição de subsídios, bem como reforçar a especialização em enfermagem e a formação especializada, e a adaptação à tendência do futuro investimento dos recursos médicos nos bairros comunitários e na indústria de *big health*, alargando as perspectivas profissionais da enfermagem.

3. Continuar a estudar e a aperfeiçoar o regime de estágio do pessoal de enfermagem local. Actualmente, as duas instituições de ensino superior de Macau formam anualmente cerca de 200 graduados em enfermagem e dispõem de um sistema pedagógico completo, desde a licenciatura até ao doutoramento, bem como de acções de formação sobre o desenvolvimento profissional contínuo. Sugiro às autoridades que auscultem amplamente as opiniões do sector, revejam o actual regime de inscrição, ponderem a possibilidade de dispensa dos 6 meses de estágio, tendo em conta a situação real do curso e do estágio, e apoiem na articulação entre o pessoal de enfermagem e os postos de trabalho do sector da saúde.

IAOD do Deputado Ma Io Fong em 19.05.2025

Aperfeiçoar o aproveitamento das áreas marítimas e o desenvolvimento das instalações complementares para criar o cartão-de-visita dourado de Macau como cidade costeira

Desde 2015, o Governo Central autorizou que Macau gerisse 85 quilómetros quadrados de áreas marítimas, o que constitui uma base importante para promover o desenvolvimento da economia marítima e a modernização industrial de Macau. Durante a recente visita a Macau, o Director Xia Baolong mostrou-se muito atento ao aproveitamento e desenvolvimento das áreas marítimas, e apresentou orientações e exigências importantes, o que demonstra, por um lado, a atenção e a importância dada pelo País a Macau e, ao mesmo tempo, salienta a importância do planeamento e do uso das áreas marítimas para o posicionamento do desenvolvimento de Macau.

No relatório das LAG para este ano, o Chefe do Executivo refere que o Governo se vai empenhar no planeamento da construção em Macau de um bairro internacional turístico e cultural integrado e, tomando como exemplo Sidney, na Austrália, e Sentosa, em Singapura, há que aproveitar plenamente as zonas costeiras de Macau e da Taipa para criar um turismo costeiro integrado e construir o referido bairro internacional, onde “predomine a cultura chinesa e se cruzem várias culturas”, sendo ainda necessário aproveitar plenamente os recursos e as potencialidades das áreas marítimas, fazendo destacar o encanto da história e cultura marítimas de Macau.

Assim, apresento as seguintes sugestões:

1. Acelerar o processo legislativo da “Lei de uso das áreas marítimas”

De acordo com a “Lei de bases de gestão das áreas marítimas”, para uma gestão eficaz das mesmas, compete ao Governo a elaboração do “Zoneamento marítimo funcional”, do “Planeamento das áreas marítimas” e da “Lei de uso das áreas marítimas”. Os processos de consulta pública e os respectivos relatórios finais foram concluídos em 2024, estando já em vigor os dois primeiros instrumentos jurídicos. Com a futura entrada em vigor da “Lei de uso das áreas marítimas”, ficará completo o quadro jurídico aplicável às áreas marítimas de Macau. No âmbito do recente debate sobre as Linhas de Acção Governativa (LAG), o Governo confirmou estar a desenvolver o respectivo processo legislativo. As autoridades devem acelerar este processo, estabelecendo disposições claras na lei, quanto à modalidade de uso das áreas marítimas, aos procedimentos de apreciação e autorização e ao âmbito de aplicação regulamentar. Em relação ao uso dessas áreas, importa definir, explicitamente, as funções e as atribuições das entidades intervenientes, e clarificar as responsabilidades e o âmbito de actuação dos diversos serviços públicos, a fim de garantir que o futuro uso das áreas marítimas e o

desenvolvimento das actividades económicas decorram de forma ordenada e em conformidade com a lei.

2. Criar, quanto antes, um mecanismo científico de protecção do ambiente marítimo

O Director Xia Baolong salientou que o planeamento e a utilização das áreas marítimas devem ser definidos de acordo com o plano geral de desenvolvimento do mar do sul da China, não podendo prejudicar o aproveitamento e a protecção das áreas marítimas do Delta do Rio das Pérolas. Assim, uma investigação e um estudo sistemático e pormenorizado das águas marítimas são muito importantes para o desenvolvimento marítimo. Sugere-se ao Governo que reforce a cooperação com as entidades de investigação científica do Interior da China, para iniciar os estudos marítimos com critérios uniformizados com os nacionais, reforce o apoio às instituições de investigação científica, como a “National Observation and Research Station of Coastal Ecological Environments in Macao”, para promover a criação de um sistema de avaliação do risco ambiental das áreas marítimas de Macau, melhore e publique os quadros e mecanismos científicos de monitorização, como o “Estudo de referência e normas de qualidade da água do mar de Macau” e o “Estudo de investigação e avaliação do ambiente ecológico das áreas marítimas de Macau”, para fornecer um suporte científico para o seu ambiente marinho e a protecção ecológica, bem como criar uma base de desenvolvimento sustentável para as indústrias e actividades relacionadas com o mar de Macau.

3. Aperfeiçoar os canais marítimos e as infra-estruturas do transporte transfronteiriço e o respectivo desenvolvimento sinérgico

O aperfeiçoamento das pontes-cais e das respectivas instalações é fundamental para promover o turismo costeiro. Em 2021, o Governo manifestou a intenção de construir pontes-cais públicas em zonas de Macau, como no Fai Chi Kei, no Centro de Ciência e na Estação do Oceano do Metro Ligeiro. Proponho às autoridades que acelerem e concretizem os planos e projectos de infra-estruturas, criando mais instalações de atracação e de embarque e desembarque para as embarcações de passageiros; e procedam, segundo o “Plano das áreas marítimas”, à optimização e valorização do posicionamento e das funções dos terminais marítimos, para concretizar a cobertura integral e o desenvolvimento divergente da rede costeira de transportes marítimos. Mais, aquando do aperfeiçoamento das infra-estruturas marítimas, devem efectuar estudos sobre a introdução de autocarros marítimos como modelo de turismo e de transporte, e colaborar com as regiões vizinhas no desenvolvimento das rotas marítimas, para aumentar a capacidade de transporte transfronteiriço e desenvolver o modelo de turismo e lazer.

IAOD da Deputada Leong On Kei em 19.05.2025

Há dias, o Director do Gabinete para os Assuntos de Hong Kong e Macau do Conselho de Estado, Xia Baolong, efectuou uma visita de estudo de seis dias a Macau, tendo prestado grande atenção à diversificação adequada da economia, à construção da zona de cooperação em Hengqin e à sucessão da cultura, e deu importantes orientações, o que demonstra plenamente a importância e o apoio que o Governo Central dá ao desenvolvimento de Macau, e essas orientações indicam claramente o rumo de desenvolvimento dos diversos sectores de Macau. Nos últimos anos, o conceito de turismo cultural tem-se aprofundado gradualmente. O património cultural intangível, enquanto recipiente importante da história e da cultura, acolhe “os genes” culturais únicos da Macau e também pode atrair os turistas a conhecerem profundamente a cultura da cidade, reforçando o valor do turismo. Macau possui um rico património histórico-cultural, do qual o património cultural intangível é um recurso precioso, pelo que se deve aproveitar plenamente as suas vantagens para promover a profunda integração da cultura e do turismo, a fim de impulsionar o desenvolvimento do turismo e da economia, e reforçar o “*soft power*” cultural da cidade.

Nos últimos anos, o “Passeio com trajes”, que oferece uma experiência imersiva, que consiste no uso de trajes típicos locais, passou a ser uma actividade bem acolhida no Interior da China. Por exemplo, a concepção da coroa de flores para cabelos “Zān huā wéi”, na cidade de Quanzhou da Província de Fujian, é património cultural intangível nacional e, graças ao seu forte encanto único, essa coroa “sobressaiu”. Mais, o uso de trajes tradicionais nos passeios oferece experiências “imersivas” e atrai as pessoas para fazerem “*check-in*” e essa actividade passou a ser muito bem acolhida pelos turistas. A “Viagem à cidade de Xi’An com traje da Dinastia Han” passou a ser também uma nova moda turística, e a disponibilização de museus e galerias de arte serve para explicar às pessoas as histórias culturais por detrás desses trajes.

Macau também possui vantagens culturais no vestuário e adereços tradicionais, entre as quais, as técnicas de produção do vestido chinês (Cheong Sam) e do *Qungua* já estão incluídas na lista do património cultural intangível. No debate das LAG do mês passado, solicitei ao Instituto Cultural (IC) que explorasse as potencialidades do património cultural intangível e reforçasse a cooperação interdepartamental, em conjunto com a DST, para criar novos produtos turísticos diversificados sob o tema desse património. O Governo afirmou que este era um tema de grande valor, que merece ser discutido e implementado, e entende que o enriquecimento do leque dos produtos culturais e turísticos é muito importante para a construção de uma “*Macau cultural*”, portanto, no futuro, é possível, através da cooperação interdepartamental, promover, em conjunto, este tipo de trabalho. Assim, espero que os serviços competentes possam acelerar a promoção dos respectivos trabalhos e reforçar ainda mais a estratégia de “divulgação de experiências culturais” e “integração cultural e turística”, fazendo com que as técnicas do património cultural intangível passem de uma simples exibição para uma participação profunda. Mais, para que os turistas possam sentir e conhecer a cultura de Macau, devem ser criados mais *workshops* artesanais, por exemplo, as técnicas de produção dos biscoitos de amêndoa e o fabrico de porcelanas tradicionais

coloridas, entre outros itens do património intangível. Através de estratégias inovadoras e diversificadas, deve-se promover a transmissão e a inovação da cultura de Macau, concretizar a transmissão da nossa cultura dinâmica e elevar o seu valor industrial, concretizando-se o objectivo de “*moldar o turismo com atividades culturais e promover a cultura através do turismo*”, dando um novo impulso ao desenvolvimento cultural e à prosperidade do turismo de Macau.

IAOD do Deputado Chan Hou Seng em 19.05.2025

Construção do bairro turístico e cultural integrado em prol do crescimento dos jovens

Dias depois do Dia da Juventude, a 4 de Maio, Xia Baolong, Director do Gabinete de Trabalho de Hong Kong e Macau do Comité Central do Partido Comunista da China e Director do Gabinete para os Assuntos de Hong Kong e Macau do Conselho de Estado, com a amabilidade do Presidente Xi Jinping, visitou Macau e encontrou-se com elementos de vários sectores da sociedade, para apoiar e incentivar todas as áreas locais. O Director atribui grande importância ao bairro internacional turístico e cultural integrado, esperando que o Governo estude e analise seriamente o respectivo planeamento, construção e gestão, para criar um espaço cultural de alto padrão, moderno e rico em cultura.

O referido bairro integra o Museu Nacional de Cultura de Macau, o Centro Internacional de Artes Performativas de Macau e o Museu Internacional de Arte Contemporânea, o que vai ao encontro do posicionamento de “uma base”. O Museu Nacional de Cultura de Macau, em simetria com o Museu do Palácio de Hong Kong, contribui para a construção do bastião para a abertura ao exterior do País, e da janela importante para o intercâmbio e a aprendizagem mútua entre as civilizações chinesa e ocidental, e vai servir a estratégia cultural do País, apoiar a diversificação económica, atrair talentos e dinamizar a cidade. Nisso, o planeamento é fundamental.

Assim, apresento as seguintes três sugestões:

1. Ouvir opiniões de forma científica. A construção do bairro deve ter uma visão prospectiva, de padrão internacional, e ter em conta a Zona de Cooperação, a Grande Baía e outras regiões do Interior da China, bem como ter um planeamento detalhado das funções. São questões importantes. Sugiro ao Governo que apresente as informações essenciais e obtenha pareceres dos órgãos consultivos das áreas da cultura, turismo, assuntos municipais, planeamento urbanístico, economia e educação, para analisar todas as perspectivas, para que as decisões sejam tomadas de forma mais científica e democrática, maximizando-se assim os benefícios dessa construção.

2. Incentivar a participação dos jovens. Há que esclarecer as escolas e associações juvenis sobre o bairro, e aproveitar a consulta pública e a discussão para a sensibilização e divulgação, para os jovens saberem que essa construção está directamente relacionada com eles, envolvendo-os por forma a alargarem horizontes.

3. Comunicar com a sociedade. No relatório das LAG, o Chefe do Executivo salientou a necessidade de "reforçar a gestão de expectativas", sugerindo que se avalie, oportunamente, o modelo de funcionamento, o tipo e o número de postos de trabalho nas zonas culturais e turísticas, e que se comunique à sociedade estas questões. Isso permite reduzir as diferenças de informação entre as partes, por formar a ensiná-las a gerir

expectativas, aumentando a confiança da sociedade na construção de grandes empreendimentos.

O actual desafio do emprego dos jovens de Macau com habilitações académicas elevadas é uma dor inevitável no processo de consolidação da diversificação da economia. Por isso, devemos apoiar firmemente o Governo da RAEM, no sentido de acelerar o desenvolvimento no período dessa transição, concentrando-se nas indústrias prioritárias, e promovendo o desenvolvimento ordenado dos grandes empreendimentos. Antigamente, as carroças aliviavam os carregadores, e os carros substituíram as carroças, assim é a roda da história, a revolução industrial não muda com vontade própria, a tecnologia liberta recursos humanos e cria novos postos de trabalho. Com a coordenação do Governo Central, o País mantém-se firme na sua estratégia e a vida do povo será cada vez melhor. Há mais soluções do que dificuldades, temos de ser optimistas em relação a todas as dificuldades no processo de desenvolvimento.

O Presidente Xi Jinping afirmou: "Na nova era, os jovens chineses são mais confiantes e fortes, ricos em pensamento e, ao mesmo tempo, enfrentam o impacto das diferentes correntes de pensamento. Deparam-se com perplexidades ideológicas face a ideais e realidades: do idealismo aos problemas, do egoísmo ao altruísmo, do eu pequeno ao eu grande, da nação ao mundo. Por isso necessitam de uma educação e orientação mais profundas e em pormenor." As adversidades demonstram o carácter heróico. Espero que a nova geração de Macau possa resistir ao vento e à chuva, ser mais confiante, ter ambição e coragem para lutar, tornando-se num líder do desenvolvimento dos tempos, beneficiando o país e a nação.